

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

INAÊ GAZOLA STORNI SANTIAGO

**(IN)VISIBILIDADE DA MULHER
NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

João Pessoa, Paraíba
2019

INAÊ GAZOLA STORNI SANTIAGO

**(IN)VISIBILIDADE DA MULHER
NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof. Dr. Maria de Fátima Rodrigues e co-orientação da Prof. Dr. Maria Otília Telles

João Pessoa, Paraíba
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S235i Santiago, Inaê Gazola Storni.
 (In)visibilidade da mulher na construção de Brasília
/
 Inaê Gazola Storni Santiago. - João Pessoa, 2019.
 67 p. : il.

 Orientação: Maria de Fátima Rodrigues.
 Coorientação: Maria Otília Telles.
 TCC (Graduação/Bacharelado em Geografia) -
UFPB/CCEN.

 1. Construção de Brasília. 2. Epistemologia
Feminista.
 3. Memória Feminina. 4. Invisibilidade da mulher. I.
 Rodrigues, Maria de Fátima. II. Telles, Maria Otília.
 III. Título.

UFPB/CCEN CDU 71-055.2 (043.2)

TERMO DE APROVAÇÃO

INAÊ GAZOLA STORNI SANTIAGO

(IN)VISIBILIDADE DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DEBRASÍLIA

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof. Dr. Maria de Fátima Rodrigues e co- orientação da Prof. Dr. Maria Otília Telles

Aprovada em 26 de abril de 2019.

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA (nomes por extenso com respectiva titulação)

Prof. Dra. Maria Otília Telles

Co- Orientador (Caso exista)

Prof. Dra. Danielle Sadya Maia

Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

Josineide da Silva Bezerra

Membro Interno ou Externo

Professor Orientador: MARIA DE FÁTIMA FERREIRA RODRIGUES

M. Rodrigues
Assinatura do Professor Orientador

**O Brasil tá construindo
Mais uma grande cidade
Que antigamente foi sonho
E hoje é realidade
Está ficando povoado
Todo o meu Brasil central
Riqueza próprias e glória
Trouxe a nova capital
A gente vê em Brasília
Estradas que não tem fim
Pergunta para o candango
E ele responde assim:
Aquela vai pra São Paulo
Rio Grande e Paraná
A outra pra Pernambuco
E essa vai pro Pará
Vai cortando a mata virgem
Que nem o sol penetrou
Ligando de norte a sul
Nosso Brasil, nosso amor
O Planalto é tão lindo
Que a gente tem a impressão
Que bem ali bem pertinho
O céu encosta no chão
Quem tiver de malas prontas
Pode ir que se dá bem
Leve todos os cacarecos
Leve seu xodó também
Esse conselho é pros homens
Porque mulher lá não tem**

Rojão de Brasília- Composição: Jackson do Pandeiro e João do Vale (1961)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar sobre a representatividade da mulher e questionar acerca do silenciamento da sua memória, e, por conseguinte a pouca visibilidade que lhe é dada na literatura acadêmica sobre a construção de Brasília-DF. Um dos maiores projetos do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, a transferência da capital federal do litoral para o planalto central marcou a história do Brasil no final da década de 1950. Tal como indicado por Tânia Fontenele (2017), constitui-se enquanto uma necessidade questionar o porquê da pouca utilização de informações e da escassez de trabalhos científicos que coloquem também a mulher como protagonista dessa história, dessa forma, pretende-se problematizar o sistema patriarcal a partir das teorias feministas resgatadas por Emma Siliprandi (2007). Sendo assim, a partir da análise documental de três entrevistas produzidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal, procurou-se mostrar a percepção e a vivência dessas mulheres nesse período, marcado pelo recorte temporal do ano de 1956 ao ano de 1960. Utilizou-se a metodologia da pesquisa documental, com o auxílio do método qualitativo e da técnica da memória e da história oral propostas por Le Goff (1990). A partir da perspectiva da epistemologia feminista abordada por Margareth Rago (1998), trabalhou-se a importância da memória feminina, conceito desenvolvido por Michelle Perrot (1989), a fim de evidenciar a presença e a participação das mulheres na construção de Brasília exercendo os mais diversos cargos.

Palavras-chave: Construção de Brasília; Epistemologia Feminista; Memória Feminina; Invisibilidade da mulher.

RESUMEN

El presente trabajo académico, tuvo como objetivo investigar sobre la representación de la mujer e indagar sobre el silenciamiento de su memoria, y, por consiguiente, la escasa visibilidad que se le otorga en la literatura académica sobre la construcción de Brasilia, localizada en Distrito Federal de Brasil. Uno de los más grandes proyectos de desarrollo nacional brasileiro, la transferencia de la Capital Federal del litoral para el altiplano central, marcó la historia de este país en el final de la década de 1950. Tal como lo indica Tânia Fontenle (2017), se constituye una necesidad preguntarse el porqué de la poca utilización de informaciones y la escasez de trabajos científicos que coloquen a la mujer como protagonista de esa historia. A partir de eso, se buscó problematizar el sistema patriarcal por medio de teorías feministas, rescatadas por Emma Siliprandi (2007); así como también, se procuró mostrar la percepción y la vivencia de esas mujeres en ese período, marcado por el recorte temporal entre los años 1956 a 1960, a partir del análisis documental de tres entrevistas retiradas del Archivo Público del Distrito Federal. Para el desarrollo de la investigación, se utilizó una metodología de investigación documental, a través de método cualitativo y de recursos técnicos de “memoria” e “historia oral”, como propuestos por Le Goff (1990). A partir de la perspectiva de la epistemología feminista, trabajada por Margareth Rago (1998), se descubrió la importancia de la memoria femenina, concepto desarrollado por Michelle Perrot (1989); con el fin de evidenciar la presencia y participación de las mujeres en la construcción de Brasilia, donde ejercieron diversos roles.

Palavras clave: Construcción de Brasilia; Epistemología Feminista; Memoria Femenina; Invisibilidad de la mujer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Caminhoneira em Brasília-DF (1958)	10
Figura 2- Mapa de localização do Distrito Federal.....	23
Figura 3-Início da Via W3 Sul, Brasília-DF (Foto tirada entre 1956 e 1959).....	27
Figura 4-Canteiro de obras da Esplanada dos Ministérios (1959).....	40
Figura 5- Mulheres ciganas em frente ao Hotel Souza, Cidade Livre	45
Figura 6- Mulheres no acampamento das(os) pioneiras(os), Cidade Livre (1959).....	45
Figura 7-- Primeiro sistema de telefonia montado na NOVACAP (1958)	46
Figura 8- Telefonista (1958)	46
Figura 9- Central telefônica 408sul (1960)	47
Figura 10- - Acampamento das(os) pioneiras(os), Cidade Livre (1959)	61
Figura 11- Professoras na Escola Julia Kubitschek, primeira escola pública do Distrito Federal.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação entre ocupação e origem das mulheres entrevistadas pelo ArPDF....	48
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ArPDF- Arquivo Público do Distrito Federal

CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

DF- Distrito Federal

IPASE- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

JK- Juscelino Kubitscheck

UDN- União Democrática Nacional

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UnB- Universidade de Brasília

USP- Universidade de São Paulo

NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital Federal

SQS- Superquadra Sul

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	09
1. CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	13
1.1 Epistemologia, método e metodologia	13
2. PANORAMA HISTÓRICO POLÍTICO E GEOGRÁFICO.....	22
2.1 Mudancismo	22
2.2 Juscelino Kubitschek	25
2.3 Fluxos migratórios	28
2.4 O sonho da nova capital e as contradições modernistas.....	30
3. ONDE ESTAVAM AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA?	35
3.1 O que era ser mulher na época da construção de Brasília	35
3.2 A pesquisa documental.....	41
3.3 A fotografia como recurso de memória.....	43
3.4 Mulheres e protagonismo: cenas cotidianas da nova capital	42
3.5 Critério de escolha das entrevistas	45
3.6 Análise das entrevistas: as falas das mulheres em foco.....	46
3.6.1 Alba Alves Tabanez.....	46
3.6.2 Jandyra Macedo Lourenço.	50
3.6.3 Suzana Conceição Mendonça.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Escrever um trabalho sobre Brasília possibilita um leque grande de abordagens sobre a capital federal. O quebra-cabeça encaixa-se de uma forma que se faz necessário compreender as relações ali existentes, desde sua primeira idealização até a estruturação da Brasília contemporânea, com todas as problemáticas que possui. O recorte temporal escolhido para o desenvolvimento da pesquisa compreende a época da construção propriamente dita, que abrange desde o ano de 1956, com a chegada dos primeiros trabalhadores, até a inauguração no dia 21 de abril de 1960. Isto não significa que as obras tenham terminado completamente com a inauguração, mas, neste momento, o esqueleto da cidade já estava formado, o que representa um marco temporal na historiografia.

Pode-se afirmar que muito se perde na historiografia quando privilegiamos apenas um sujeito e não pensamos dinamicamente as relações sociais e de gênero. Nessa perspectiva, como se pode mensurar a divisão sexual do trabalho na construção de uma nova capital federal e, com isso, compreender como se deu o processo de proletarianização da mulher nesse contexto histórico? É necessário enfrentar a escassez de informações sobre essa parcela da população historicamente marginalizada e, dessa forma, enfatizar a importância de fazer-se uma leitura a partir da memória feminina. Portanto, devemos problematizar o fato de a história ser contada e reproduzida baseada prioritariamente na visão de um único sexo, o masculino, pois isso reforça a falsa ideia de que as mulheres não estavam inseridas na produção desse espaço, como afirmou Jackson do Pandeiro. Escutar a história a partir da perspectiva das personagens que não tiveram voz e questionar-se o porquê dessa ausência faz-se necessário.

Por meio da metodologia da pesquisa documental, localizamos entrevistas do Arquivo Público do Distrito Federal, do Programa de História Oral dessa instituição, que está inserido no projeto de pesquisa intitulado “Memórias da Construção”. Através dele, foram realizadas entrevistas com personagens tanto femininas quanto masculinas que participaram da construção de Brasília, das quais três dessas foram escolhidas para análise, referentes as entrevistas feitas com mulheres. Desta maneira, evidenciou-se as experiências dessas personagens na condição de pioneiras na nova capital federal.

A importância de contar-se a trajetória dessas mulheres esquecidas na história diz respeito à questão de retirá-las desse segundo plano em que sempre estiveram

inseridas e mostrá-las como protagonistas. Quem eram essas mulheres? Professoras, enfermeiras, arquitetas, funcionárias públicas, parteiras, operárias, prostitutas, lavadeiras, cozinheiras, comerciantes e mesmo caminhoneiras –a maneira da figura 1, trazida abaixo. Por que suas histórias continuam anônimas na história da cidade? De onde elas vieram, como eram as condições de vida e como foi *re-existir* à epopeia da construção são questionamentos que busco esclarecer ao longo dessa pesquisa.

Figura 1- Caminhoneira em Brasília-DF, 1958.



Autor: Mario Fontenelle

A fotografia recortada acima remete ao exercício das mais diferentes atividades pelas mulheres. Assim, a proposta da pesquisa veio a partir da percepção de um silenciamento acerca do protagonismo da mulher nos estudos geográficos e sobretudo do propósito de contribuir nas discussões relacionadas à Geografia e aogênero. Sendo assim, proponho uma outra perspectiva de análise para um acontecimentogeopolítico que impactou com toda a estrutura do Brasil na década de 1950: a Construção de Brasília. Com isso, pretendo dar enfoque na relevância da memória feminina no que diz respeito ao papel das mulheres nesse projeto geopolítico brasileiro. No sentido posto, indaga-se: qual foi o protagonismo que marcou a presença das mulheres na construção da nova capital? Por que sua voz ficou obscurecida nos estudos geográficos e nas ciências humanas de um modo geral? Para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, optei por utilizar autoras que dialogassem na perspectiva

de pensar a mulher como sujeito produtor do espaço, a partir das construções e condicionantes sociais que o sexo feminino está sujeito em nossa sociedade.

Além do contexto geral, o motivo da escolha do tema de pesquisa diz respeito a uma questão pessoal, uma vez que minhas e meus antepassados participaram do sonho da nova capital. Entre elas e eles, minha bisavó Lilita e meu bisavô Armando, pioneiro e pioneira, que desbravaram as potencialidades e riquezas da então região norte do Goiás, atual Tocantins, e depois migraram para Brasília, onde viveram até os últimos dias de vida.

Sendo assim, pretendo analisar a inserção da mulher nesse episódio que marcou a história do Brasil, e em como se deram as relações sociais e de trabalho nesse momento em que, embora tenha havido uma quebra de paradigma nessas questões, prevaleceu o silenciamento. Indago sobretudo: no contexto da emancipação da mulher, como se deu a experiência de ser uma candanga e pioneira da capital federal?

A divisão da pesquisa deu-se a partir da elaboração de três capítulos. O primeiro capítulo discorre sobre os procedimentos teórico-metodológicos. Nele, evidencio a questão da escolha de se trabalhar a partir da epistemologia feminista, enfatizando a importância da utilização de teóricas que abordem a perspectiva feminista, entendendo as mulheres como sujeitos políticos. Com isso, discorro sobre a escolha de utilizar a metodologia da pesquisa documental no desenvolvimento da pesquisa a partir do método e da técnica da história oral, constituído nesse trabalho como uma fonte de dados secundária, uma vez que as entrevistas não foram produzidas por mim. Dessa forma, elucidou-se a importância da memória, em especial da memória feminina, compreendendo que a sociedade patriarcal organiza os papéis designados para mulheres e homens de maneira a privilegiar estes.

O segundo capítulo tem como objetivo compreender o momento histórico, político e geográfico da mudança da capital federal para o planalto central. Sendo assim, foi abordada a questão histórica do mudancismo, desde sua idealização ainda na Primeira República até a efetiva mudança no governo de Juscelino Kubitschek. Com isso, evidenciou-se a questão dos fluxos migratórios no contexto nacional a partir da construção da nova capital federal e a questão dos trabalhadores-migrantes, os candangos. Isto posto, foi feita uma reflexão acerca das contradições modernistas inseridas no sonho nacional da nova capital, salientando as precárias condições dos trabalhadores.

Por fim, no terceiro capítulo é abordada a questão da presença das mulheres na

construção de Brasília a partir da análise de três entrevistas do Arquivo Público do Distrito Federal. As entrevistas são referentes a Alba Tabanez, costureira e dona de casa, nascida em Minas Gerais, Jandyra Lourenço, funcionária da NOVACAP também nascida em Minas Gerais e Suzana Mendonça, cozinheira e lavadeira, nascida no Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva, o que era ser mulher na época da construção de Brasília? Buscou-se compreender a relação entre os movimentos de emancipação feminina, o patriarcado, as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho. Para tanto, a pesquisa documental realizada para o desenvolvimento do trabalho ocorreu a partir da minha ida ao Arquivo Público do Distrito Federal. Por sua vez, a fotografia mostra-se como um significativo recurso de memória, dessa feita, indispensável para a consolidação da participação das mulheres na construção de Brasília.

1. Caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa

1.1 Epistemologia, método e metodologia

Define-se Epistemologia como a teoria do conhecimento. Pode-se elucidar como o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados da ciência, tal como uma reflexão sobre os problemas, métodos e teorias científicas. Sendo assim, propõe soluções claras para tais problemas, soluções consistentes em teorias rigorosas e inteligíveis, adequados à realidade da investigação. A Epistemologia exerce seu papel de reflexão e crítica, quando ela tentar mostrar aos cientistas suas filosofias implícitas nas Ciências, quando ela submete a Ciência a um estudo crítico, pois a Ciência utilizada sem consciência torna-se a ruína da alma (TESSER, 1994, p.1).

Nessa perspectiva, escolhi trabalhar a partir da Epistemologia Feminista no desenvolvimento do trabalho, uma vez que a proposta é contrapor a história tradicional baseada no privilégio de um único sexo. Com isso, fazer uma reflexão acerca da importância da visão crítica relacionada à historiografia e questionar os ramos da ciência. A proposta das teóricas feministas é de considerar o sujeito dinamicamente, não apenas como um ponto de partida, mas a partir da inserção em um complexo campo de relações sociais, étnicas e sexuais.

É difícil falar de uma epistemologia feminista, sem tocar na discussão sobre os perigos da reafirmação do sujeito “mulher” e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social. Afinal, como já se observou exaustivamente, a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como “sexo frágil”. É na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um **contradiscurso feminista** e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce **uma linguagem feminista**. E, no entanto, o campo teórico que se constitui transforma-se a tal ponto que, assim como a História Cultural, deixa de lado a preocupação com a centralidade do sujeito. Como se de repente os efeitos se desviassem dos objetivos visados no ponto de partida: a categoria relacional do gênero desinveste a preocupação de fortalecimento da identidade mulher, ao contrário do que se visava inicialmente com um projeto alternativo de uma ciência feminista. (RAGO, 1998, p. 7-8)

Assim sendo, Swain (2005) contribui na concepção de compreender a escrita como um ato político, denunciando o patriarcado e as opressões de gênero:

Escrever, neste sentido, também é um ato político, na medida em que o discurso é uma ação; não apenas a

denúncia das práticas de discriminação sexual, mas, sobretudo, a exposição dos mecanismos simbólicos instauradores das desigualdades é uma ação transformadora em nível de imaginário e das representações constitutivas do feminino, subordinado à sua natureza.

Posto isso, considero de extrema relevância o desenvolvimento de um estudo cujo protagonista seja a mulher, uma vez que vejo uma carência de estudos com essa perspectiva na ciência geográfica. Dessa forma, tenho o intuito de contribuir com as discussões e embasar-me teoricamente a partir de autoras e estudiosas que se dedicaram a escrever e refletir sobre tais questões postas. Margareth Rago (1998, p.6) contribui na reflexão:

As teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes.

Do grego, *methodos* significa “caminho ou via para se chegar a um fim”. Madeleine Grawitz (1976, p. 333) define o método como “um corpo de princípios que presidem qualquer investigação organizada, como um conjunto de normas que nos permitem selecionar e coordenar as técnicas. Eles constituem, de maneira mais ou menos abstracta ou concreta, precisa ou vaga, um plano de trabalho em função de um objectivo”.

A metodologia abrange o campo de estudo do conjunto de técnicas e métodos utilizados, tal como as leituras feitas pelo pesquisador para analisar seu objeto de estudo. Sendo assim, Salles (2001, p. 17-18) define o objeto da metodologia como “estudar as possibilidades explicativas dos diferentes métodos, situando as peculiaridades de cada qual, as diferenças, as divergências, bem como os aspectos em comum”.

Dessa forma, constata-se que compreender a diferença entre o método e a metodologia do trabalho científico é de extrema relevância para se ter clareza em como organizar e trilhar as ideias. No sentido posto, Salles (2001, p.21) ainda alega que:

A superação do entendimento meramente instrumental da metodologia, como se ela apenas representasse um conjunto de técnicas das quais o pesquisador pudesse dispor, independentemente de suas concepções acerca do mundo e das relações entre sujeito e objeto de pesquisa, reafirma a importância de uma

reflexão, capaz de dar conta dos procedimentos pelos quais se constrói uma pesquisa em ciências humanas.

Goldenberg (1997, p.14) afirma: “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”. Nessa perspectiva, a temática do estudo desenvolvido abriu-nos o caminho para utilizar a metodologia da pesquisa documental, uma vez que se optou por desenvolver o trabalho a partir da utilização da história oral. Deste modo, a construção de Brasília é classificada como uma História do Tempo Presente, ideia para a qual Schurster (2015, p. 424) discorre:

A escrita desse tipo de história tem como uma de suas especificidades a presença de uma memória viva, que carrega consigo sua complexidade e diversidade, muitas vezes transformando a memória em algo mais importante que a reflexão, transformando-a em monumento. Entender e recordar são parte integrante do ofício do intelectual do presente. Um não pode existir em detrimento do outro. O exercício de reflexão acompanhado de um constante estranhamento de sua própria condição existencial no presente é condição sem a qual o intelectual não poderia ler seu próprio tempo. Refletir sobre a História do Tempo Presente é, em larga medida, construir uma visão com relação a certa ideia de passado – espaço de experiências – ou em relação ao futuro – horizonte de expectativas.

As entrevistas que foram analisadas no presente trabalho foram produzidas pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Sendo assim, por se tratar de um projeto previamente elaborado para outros fins, as entrevistas analisadas constituem-se, para os fins deste trabalho, em uma fonte de dados secundária. Dessa forma, quando fala-se sobre a questão da escolha de trabalhar a partir da oralidade, destaca-se a relevância desse tipo de método, tal como técnica, conforme Pereira (2006, p. 102) elucida:

A história oral se situa em meio ao desenvolvimento dos métodos qualitativos de investigação. A oralidade permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas. Ao se interessar pela oralidade, a História procura destacar e deixar como centro de sua análise a visão e versão das experiências mais profundas dos seus atores sociais.

Não há história sem documento. A pesquisa documental ocupa um lugar indispensável na produção científica. A história como conhecimento científico é a forma consolidada da memória coletiva como um ramo da ciência. Le Goff (1990), em sua obra “História e Memória”, no capítulo “Documento/Monumento”, analisa esses dois tipos de materiais para consolidação da memória coletiva.

O monumento é colocado como uma herança do passado e o documento como uma escolha do historiador. O monumento tem como características “o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1990, p. 462). A análise documental a partir da junção desses dois principais materiais mostra-se relevante para o reconhecimento da memória coletiva dada a importância de se fazer também uma análise crítica.

Recolhido pela memória coletiva e transformado em documento pela história tradicional ("na história, tudo começa com o gesto de pôr à parte, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outro modo", como escreve Certeau [Pg. 543] [1974, I, p. 20]), ou transformado em dado nos novos sistemas de montagem da história serial, o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical. (LE GOFF, 1990, p. 543)

Contribuindo com a perspectiva de Le Goff, quando elucida o valor do tratamento crítico na pesquisa documental, vejo necessária também a clareza em expor a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Ambas tipologias de pesquisa utilizam o documento como objeto de investigação, contudo, Oliveira (2007, p. 69) diferencia: a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos; já a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.

A pesquisa desenvolvida é um estudo de natureza qualitativa e documental. O cenário é a construção de Brasília, no final da década de 1950, e o sujeito da pesquisa são as mulheres que participaram, direta ou indiretamente, da grande obra. A configuração da pesquisa é de caráter descritivo, analítico e exploratório.

O levantamento bibliográfico foi feito em portais virtuais de revistas e artigos acadêmicos, dentre eles Portal Scielo, Redalyc, Terra Livre, Portal de Teses e Dissertações USP, UnB, UFRJ, UFPB, etc.), e na Biblioteca Central da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Paraíba.

Assim sendo, para o levantamento dos dados documentais, visitei o Arquivo Público do Distrito Federal, o centro de documentação do Correio Braziliense e a Biblioteca Central da Universidade de Brasília. A ida ao ArPDF foi de grande valia, uma vez que é um espaço de documentação o qual possui um rico acervo referente aos diversos

momentos da história do Distrito Federal. O ArPDF possui uma biblioteca física com obras de notoriedade e também disponibiliza uma sala com computadores para acesso ao acervo digital, onde se pode conferir os trabalhos de documentação feitos tanto pelo Arquivo Público quanto documentações de outros órgãos que foram doados ao ArPDF. Para ter acesso aos computadores, é necessário preencher uma ficha com informações referentes aos dados pessoais, tal como a justificativa do interesse em ter acesso aos arquivos. Através disso, é possível ter acesso aos computadores e desbravar a rica história do Distrito Federal; por ser um acervo grande, é dada uma ficha de catalogação explicativa para facilitar a procura dos dados que se procura.

Segundo o Guia do Arquivo Público do Distrito Federal (2004, p.33): “o ArPDF, criado pelo Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985, tem a função de recolher, preservar e garantir proteção especial à documentação arquivista de valor permanente do Distrito Federal, em toda sua extensão, visando estimular e facilitar a realização de pesquisas”. É de extrema importância compreender o ArPDF como um lugar de consolidação da memória coletiva da cidade:

O Arquivo Público é um lugar de memória, é um núcleo significativo, tanto da memória material como imaterial, sobre a criação da cidade de Brasília, para a memória e as identidades coletivas nesta cidade. Este núcleo se caracteriza por uma forte carga de simbolismo e emoção. Está arraigado nas convenções e costumes sociais, culturais e políticos do Distrito Federal e do Brasil e se modifica na medida em que mudam as maneiras de sua concepção, aprovação, uso e tradição. Os lugares de memória são estabilizadores da memória coletiva. (PEREIRA, 2006, p.114)

A partir do projeto de pesquisa “Memórias da Construção de Brasília” e o “Programa de História Oral”, o Arquivo Público do Distrito Federal levantou em acervos e entrevistas a existência de documentos e visões de pessoas que participaram de algum modo da construção da capital. Sobre o surgimento do projeto, o ArPDF discorre:

Em decorrência da necessidade de ampliar os horizontes das informações contidas nos documentos oficiais sobre a construção de Brasília, foram ouvidos os “atores” de um dos episódios mais significativos da história do Brasil contemporâneo: a edificação e a transferência da capital brasileira.

As entrevistas foram realizadas em vários blocos, desde 1989 até o ano de 2006, no qual o ArPDF transcreveu-as e disponibilizou-as no seu acervo. Cardoso (2004 p. 164) discorre sobre o projeto e sua relevância:

Os pesquisadores do ArPDF conceberam um projeto de “preservação da memória candanga” e, a partir dos seus conceitos de preservação e memória, propuseram um roteiro e realizaram as entrevistas nas últimas décadas do

século XX. Ou seja, vivências e objetivos diferenciados estão na base da elaboração do acervo que hoje é utilizado para pesquisa. Dessa maneira, qualquer pesquisador que utilize essas fontes para análise de sua temática deve considerar que ele mesmo passa a ser um elemento que se incorpora na relação entrevistado *versus* entrevistador e que, como sujeito dessa relação, lida com a entrevista a partir de uma outra temporalidade. As suas inquietações e os seus pressupostos são o resultado de sua própria inserção na história e foram gestados em outros lugares, em outros espaços, mas encontram caminhos de diálogo nas fontes orais pesquisadas.

Em suma, em um universo com aproximadamente 100 entrevistas feitas, apenas 11 foram realizadas com mulheres, representando somente 10% dos dados. Confesso que não me surpreendi, mas isso me incomodou bastante a partir do momento que iniciei a pesquisa bibliográfica, quando achei alguns trabalhos que utilizavam como base de dados documentais as entrevistas do ArPDF. No entanto, em nenhum desses trabalhos foram utilizadas as entrevistas feitas com as mulheres. Sendo assim, entre dissertações de mestrado, artigos e monografias, encontrei um texto que tinha como foco falar sobre os trabalhadores na construção de Brasília e seu autor (JÚNIOR, 2008, p. 12) afirmava que “a escolha dos depoentes foi aleatória, mas com a preocupação de certa forma universalizante da representatividade das várias categorias que vivenciaram o período”: foram escolhidas doze entrevistas de trabalhadores, mas nenhuma era de mulher. Indago na perspectiva de tentar compreender o porquê do trabalho feminino continuar sendo obscurecido nas ciências? Como uma pesquisa poderia ser dita universalizante da representatividade quando não se colocou a opinião e a vivência de sequer uma mulher? Mais uma vez, reforça-se a falsa ideia de que elas não estiveram presentes nesse momento ou quiçá que o trabalho delas não era representativo o suficiente. Afirmando, valorizo e reconheço o trabalho de todos os homens que estiveram presentes na construção da capital federal, contudo, o que tento evidenciar e abrir o debate é a questão do porquê de não se falar das candangas?

Nas entrevistas feitas com as mulheres, os entrevistadores sempre abordavam e indagavam sobre a percepção dessas mulheres [por serem mulheres] na e da cidade. O que foi ser mulher na construção de Brasília? O que foi ser uma pioneira? O porquê da escolha de começar uma nova vida na capital federal em um momento que muitos a negaram? O que Brasília significou para essas mulheres? Como eram as condições de vida?

Dessa forma, para a análise foram escolhidas três entrevistas. Essas entrevistas foram produzidas nos anos de 1990 e 2006 pelo Programa de História Oral, parte do projeto de pesquisa Memórias da Construção, realizado pelo Arquivo Público

do Distrito Federal. A partir de alguns critérios de escolha, foram selecionadas as entrevistas realizadas Alba Tabanez, Jandyra Lourenço e Suzana Mendonça para o aprofundamento nessa pesquisa. Vale salientar que de início o propósito metodológico era de realizar entrevistas semiestruturadas com mulheres trabalhadoras-migrantes que haviam participado da construção de Brasília. Contudo, em decorrência do curto tempo para realização da pesquisa, optou-se pela utilização de fontes secundárias.

Entendendo a análise documental como um momento de profunda reflexão e compreensão das temporalidades e contextos, faz-se necessário colocar-se no papel de pesquisador enquanto uma nova incorporação na relação entre o entrevistador e entrevistado. Sobre essa relação, Cardoso (2004, p. 164) acrescenta:

Talvez a inquietação que mais instigue o pesquisador que lida com esses acervos [entrevistas gravadas] seja a de se pensar como sujeito em uma relação já estabelecida entre entrevistado e entrevistador, nem sempre conhecidos por ele. Ao utilizar as entrevistas gravadas como fontes documentais, o historiador também se coloca numa relação que inicialmente se construiu longe dele. Considerando que as gravações aconteceram em tempos anteriores, entender essa relação passa a ser um desafio, porque não só um outro personagem aparece na cena (o pesquisador atual), como essa relação se constrói em tempos diferenciados.

A escolha de se fazer uma pesquisa trabalhando a memória como principal elemento de preservação da história não contada, a partir da metodologia da análise documental, é significativa para produção acadêmica e social como um todo. Ao utilizar o termo “história não-contada, faço referência a história silenciada, uma que vez que toda história é contada, embora muitas vezes ela não seja bem contada. Sendo assim, a história oral e a memória existem e são registradas em forma documental, cabendo anós, pesquisadores, utilizá-la como uma rica fonte de dados, na medida do possível.

A memória, obviamente, nunca está toda escrita. A problemática da memória tem recebido uma atenção privilegiada das ciências humanas nos últimos anos, é algo da vida. E como não há vida sem expectativas, não é o passado que dá sentido ao presente. São as expectativas de futuro que dão sentido ao passado. E por isso a memória é dinâmica, porque faz parte da vida. (PEREIRA, 2006, p. 94)

Além de escolher trabalhar a memória, quando escolhi o recorte da memória feminina, Michelle Perrot (1989) ajudou-me demasiadamente a compreender certas relações de gênero, em um pequeno artigo publicado na Revista Brasileira de História. Nesse contexto, a autora relaciona a compreensão do porquê de se trabalhar a perspectiva da mulher na memória e sobre como a fonte de dados é carente em decorrência da deficiência dos registros primários que digam respeito às mulheres. Como relatei

anteriormente, evidenciei esse silenciamento quando fui fazer a pesquisa documental no ArPDF, na qual apenas aproximadamente 10% dos dados do Programa de História Oral encontrados eram referentes as mulheres.

O silêncio dos arquivos é um fruto da cidade como um espaço sexuado, onde são negados espaços e direitos ao sexo feminino. O público foi negado a elas, o que levou à elaboração de arquivos privados, como diários, ligados a escritas, oralidades e registros na esfera íntima e familiar da mulher. Contudo, esses arquivos são muito frágeis e sofrem constantes destruições pela antiga ideia da escrita e da leitura ser um fruto proibido para as mulheres; sem embargo, com o passar do tempo estão sendo reconhecidos como documentos pelas suas riquezas de informações.

O desenvolvimento da coleta de dados a partir da história oral abriu espaço para os povos sem história, a parcela da população a quem historicamente foi negado o registro. Perrot (1989, p.16-17) afirma que as mulheres foram em larga escala participantes dessa aventura, tanto entre as pesquisadoras como entre as pesquisadas, onde a autora explicita:

O feminismo desenvolveu uma imensa interrogação sobre a vida das mulheres obscuras. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares da memória (arquivos de mulheres, dicionários...) foi uma das preocupações de uma história das mulheres em plena expansão nos últimos quinze anos. E na falta de testemunhos escritos, buscou-se fazer surgir o testemunho oral. Nos interrogamos sobre o papel das mulheres nos acontecimentos públicos (...) De início as mulheres manifestavam reticências, seu pudor se abrigava sobre o pretexto de sua insignificância. Dizer “eu” não é fácil para as mulheres a quem toda uma educação inculcou o decoro do esquecimento de si, a tal ponto que para contar sua vida, certa operária –Lise Vanderwielen– prefere se abrigar sob a ficção de um pseudo-romance.

Ao longo da pesquisa, na leitura das entrevistas, muitas mulheres questionavam-se sobre a importância de estarem relatando suas vivências na construção de Brasília. O trecho acima aborda tal questão, na perspectiva de como muitas mulheres acreditam, pela construção social, que a história delas não tem importância na sociedade. Essa é uma ideia equivocada e que há de ser trabalhada e resgatada por nós pesquisadoras e pesquisadores, uma vez que são histórias riquíssimas em conteúdos e vivências.

Em relação a abordagem das relações de gênero dentro da pesquisa geográfica, faz-se fundamental compreender a relevância dessa leitura. Sendo assim, dentro de uma sociedade que prioriza os homens às mulheres, através de um sistema de opressão, o patriarcado, no qual as invisibilizam como produtoras do espaço, Silva (2009, p.96) discorre:

A expressão de que o espaço geográfico é a materialização da sociedade e de que toda a existência humana é espacial é uma concepção plenamente aceita pelos cientistas da geografia. Contudo, nem toda a humanidade esteve expressa no conhecimento geográfico. Esta crítica fundamenta o célebre artigo das geógrafas norte-americanas Janice Monk e Susan Hanson, intitulado “*On not excluding half of the human in human geography*” publicado na revista *The Professional Geographer*, da Association of American Geographers, em 1982. Este artigo denuncia as relações de poder inerentes à produção do conhecimento geográfico, a hegemonia androcêntrica que lhe é inerente e a invisibilidade feminina.

Nessa perspectiva, a ciência abre-nos espaços, técnicas, métodos, metodologias e epistemologias próprias para se trabalhar questões e abordagens que sempre estiveram obscurecidas nos estudos em geral. Cabe a nós trilhar os novos caminhos e quebrar antigos paradigmas que estiveram postos, reinventando e revolucionando a forma hegemônica e patriarcal de se fazer ciência.

2. Panorama Histórico Político e Geográfico

2.1 Mudancismo

A necessidade da interiorização do Brasil foi uma estratégia geopolítica pensada muito antes de 1956. Com a queda da monarquia em 1889 e a implantação da Primeira República, nasceu um movimento que tinha como objetivo descentralizar o poder do Rio de Janeiro, um resquício do Brasil imperial, transferindo a capital federal para uma área central do Brasil.

O discurso mudancista passava a dedicar-se em realizar uma espécie de retrospectiva histórica a partir dos casos consolidados de transferência da capital em outros países, como no exemplo dos Estados Unidos da América. Aos elementos centralizadores, isto é, contrários ao federalismo, as práticas políticas associavam as estruturas arcaicas da monarquia, o inimigo visível a ser liquidado. No debate que se estabelecia, o mudancismo, dessa vez, renovava-se na forma de um acordo entre as elites republicanas que postergavam para um futuro longínquo a possibilidade de mudança da capital, enquanto aquele presente revelava os sinais formadores do novo pacto oligárquico. Entre os parlamentares havia uma profunda fé na federação como estratégia de promoção do desenvolvimento nacional, o que lançava a ideia da mudança da capital para um plano secundário, perdendo, assim, a posição de destaque que ocupara na monarquia. (MAGALHÃES, 2004, p. 91-92).

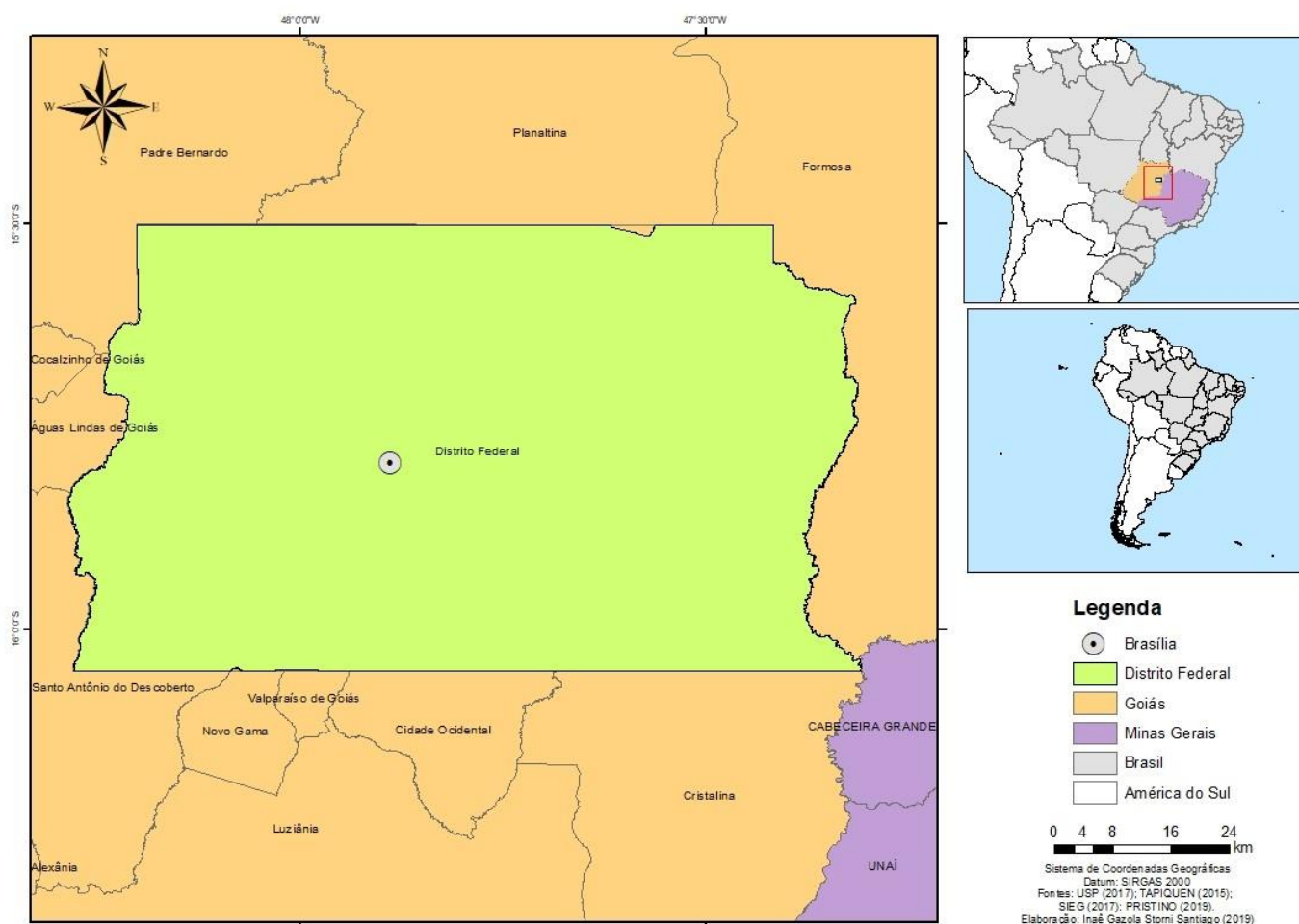
A constituição de 1891 decretou a mudança da capital para o planalto central da república, tendo como justificativa a questão da segurança, salubridade e interiorização. A capital do Brasil localizada no litoral fomentava uma certa insegurança na questão territorial pela facilidade dos ataques marítimos, além disso o Rio de Janeiro passava por um surto de febre amarela e outras enfermidades que assombravam a população, e por fim havia o foco da nova república em interiorizar o país.

Em 1892, durante o governo de Floriano Peixoto, formou-se a Comissão Exploradora do Planalto Central, a qual ficou conhecida como Missão Cruls em homenagem ao seu líder, Luiz Cruls. Cruls foi um cientista estudioso de astronomia e geografia nascido na Bélgica, mas naturalizado brasileiro onde exerceu o cargo de diretor do Observatório Nacional e professor da Escola Superior de Guerra. A comissão foi composta por, entre outros pesquisadores, astrônomos, naturalistas, médicos, geógrafos, geólogos e botânicos, os quais partiram do Rio de Janeiro rumo ao planalto central equipados com bússolas, instrumentos meteorológicos, material fotográfico e teodolitos para demarcação e medições do terreno da futura capital. Foram mapeados aspectos hídricos, topográficos e climáticos, tal como foi feita a catalogação da fauna e flora local, estudos esses até então inéditos na região. O método de delimitação adotado por Cruls foi

o mesmo utilizado na divisão interna dos Estados Unidos da América, formando assim o quadrilátero que fora demarcado como o futuro Distrito Federal (figura 2). Sobre a missão, o historiador Luiz Magalhães (2004, p. 112) acrescenta:

A partir do encontro entre litoral e sertão, como o reverso de um rio, que cedeu águas para um afluente menor, a história do mudancismo, começava e verter seus elementos na memória da cultura elaborada pelas populações que habitavam o Sertão da região central do Brasil. Os trabalhos da Comissão Cruls nos legaram um relatório tão extenso quanto minucioso que, sob os critérios atuais, poderia ser classificado como um grande RIMA (Relatório de Impacto no Meio Ambiente) do Planalto Central. Sob o ponto de vista das atuais políticas de proteção ambiental, o Relatório Cruls poderia perfeitamente ser considerado como um dos mais perfeitos trabalhos de impacto no meio ambiente já realizado sobre o bioma do cerrado, dado seu caráter eminentemente interdisciplinar. O extenso volume com mais de 400 páginas contém preciosas (e precisas) informações acerca do retângulo idealizado pelo Congresso para receber a capital do futuro. Além do apuro técnico, chama a atenção a excelência da equipe que reunia a “creme de la creme” da intelectualidade nacional.

Figura 2- Mapa de localização do Distrito Federal



Elaboração: própria autora (2019)

O mapa acima evidencia o quadrilátero demarcado na missão Cruls, compreendendo o atual Distrito Federal. Tendo como limitoformes cidades pertencentes aos estados de Goiás e Minas Gerais, esses municípios possuem grande influência na dinâmica da capital federal. Atualmente, a migração pendular é uma realidade para muitos moradores que residem na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno (RIDE/DF), na qual tais municípios mantêm relações de natureza metropolitana com o Distrito Federal¹.

Segundo Wesley e Kim (2010) a presença humana no cerrado brasileiro remonta à aproximadamente 11 mil anos. A abundância de recursos na região – hídricos, minerais, vegetais e animais – ensejou o surgimento da agricultura e de inúmeras culturas indígenas do grupo macro-jê, há cerca de 4 mil anos. Denominados tapuias – com a acepção de “bárbaros” na língua tupi –, esses povos relutaram em cooperar com os portugueses que avançavam em seu território. Em relação aos povos tradicionais dessa região e os conflitos por terra relacionados ao descaso por parte do Estado com a população indígena, é importante considerar que:

Existem, ainda hoje, conflitos com populações indígenas na área do Distrito Federal, como a recente disputa de comunidades das tribos Fulniô-Tapuya que se movimentaram e contestaram o desenho propício à especulação imobiliária sobre parcelas de terra no Setor Noroeste do Plano Piloto. A área, em questão, seria para os indígenas, um santuário ou um cemitério indígena desde antes da construção de Brasília e que, por isso, teria um valor sagrado para os mesmos. (JAQUES; DE ALMEIRA JÚNIOR, 2017, p. 479).

Magalhães (2004) em seu trabalho faz uma investigação documental relacionada ao mudancismo, movimento em favor da mudança da capital nacional, entendendo-o não somente como a construção de um monumento de afirmação política nacional, mas muito mais como elemento simbólico de um início de desenvolvimento para o possível destino de um Brasil moderno. Contudo, a construção da nova capital só se deu efetivamente no governo de Juscelino Kubitschek (conhecido como JK), em 1956. Mas afinal, a quem interessava a construção de Brasília?

Desse pensamento geopolítico ligado quase que estritamente a uma questão de maximizar a segurança do Estado, para uma visão onde o pensamento econômico e social fossem incorporados à ideia de interiorização, efetivamente só ocorre de maneira mais abrangente no governo de Juscelino Kubitschek, que aproxima dois pensamentos de nacionalidades distintos. Aproxima o pensamento geopolítico com o da economia política. (OLIVEIRA, 2008, p.

¹Para mais informações sobre a Região de Influência do Distrito Federal e do Entorno (RIDE/DF) ler: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Nota Técnica nº 1/2014: Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília). Brasília, Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Delimita%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7o-Metropolitano-de-Bras%C3%ADlia-AMB.pdf>>.

2.2 Juscelino Kubitschek

A morte de Getúlio Vargas comoveu grande parte da população brasileira em 1954. Após 18 anos de governo Vargas, entre idas e vindas, o Brasil viu-se frente a um momento de renovação política. Em meio ao contexto mundial da Guerra Fria, no qual os Estados-Nações colocaram-se diante da dicotomia entre as ideologias capitalista e socialista, num universo repleto de interesses políticos e econômicos, o ano de 1955 marcou uma importante eleição presidencial que mudaria a história do Brasil para sempre. O cenário das eleições que definiriam o sucessor de Vargas tinha como protagonistas os seguintes partidos da época: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Progressista (PSP) e Partido de Representação Popular (PRP); que lançaram como candidatos Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado, respectivamente².

Com 35% dos votos, Juscelino ganhou as eleições de 1955 para presidente, tendo João Goulart como vice. A oposição não aceitou a vitória de Juscelino e organizou um movimento golpista que teve como objetivo impedir a posse dele. Contudo, após um levante militar liderado pelo General Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, foi assegurada a posse do novo Presidente da República no dia 31 de janeiro de 1956, tal episódio marcou a ferrenha oposição que seria característica durante seu governo. Kubitschek, homem de personalidade forte e ambicioso nas atitudes lançou seu programa de governo com o *slogan* “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”.

Filho de Dona Júlia Kubitschek – neta de imigrantes tchecos, que se dedicou à profissão de professora primária – Juscelino Kubitschek nasceu no dia 12 de setembro de 1902 na cidade de Diamantina, Minas Gerais. Ele formou-se em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1927, continuando seus estudos em Paris na área médica e regressando ao Brasil no ano de 1931, onde assumiu o cargo de Coronel Médico da Polícia Militar do estado de Minas Gerais.

Juscelino entrou na carreira política por influência do amigo Benedito Valadares em 1933, quando foi nomeado chefe de seu gabinete. Assumiu o cargo de deputado federal entre os anos de 1935 a 1937, ano esse em que teve seu mandato cassado em consequência do fechamento do Congresso Nacional pelo golpe do Estado Novo. Com a

² BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Revista Brasileira de História vol.24 n°.47, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100009>>.

cassação, Juscelino voltou a dedicar-se ao saber médico e retorna a carreira política somente em 1940 quando foi nomeado por Benedito Valadares como prefeito de Belo Horizonte até 1945. Em 1950 elegeu-se como Governador de Minas Gerais, onde ganhou visibilidade por parte da população por ser um político que tinha como principal característica ser um tocador de obras. Ele construiu hidroelétricas, abriu estradas, atraiu capital estrangeiro e incentivou as empresas locais de engenharia que se tornaram as grandes empreiteiras de Minas Gerais até a atualidade³.

Defensor da democracia, da liberdade de imprensa e considerado aberto à críticas, Kubitschek abraçou o papel de modernizador do Brasil. Há quem diga que foi ele quem inventou o Brasil do século XX, o Brasil “moderno”, pelo seu empenho em modernizar, desenvolver e reinventar a indústria nacional. Falava sobre o combate ao “subdesenvolvimento” e acreditava que o desenvolvimento dar-se-ia a partir da integração nacional através da construção de rodovias, aeroportos, tal como o fomento às indústrias de base e automobilísticas. Milton Santos (1964, p. 371) evidenciou as características do dito subdesenvolvimento brasileiro:

O subdesenvolvimento brasileiro pode ser definido, dentre outros fatores, pela população com alta taxa de iletrados, pelo subemprego na cidade e no campo, pelo êxodo rural, pelo baixo nível de vida. Ele também se define por uma alta taxa de inflação (cerca de 94% em 1963) resultante, de um lado, do processo de equipamento, enquanto os preços internacionais baixam; e, de outro lado, das exigências crescentes das massas, sobretudo as que vêm para as cidades, enquanto o orçamento nacional não cresce na mesma proporção. A tudo isso se junte o grave desequilíbrio regional, que opõe áreas estruturalmente desenvolvidas a outras onde os índices sociais e econômicos são muito baixos.

Marcado pelo discurso nacional-desenvolvimentista, Juscelino elegeu-se presidente da república e elaborou um plano de governo baseado em um plano de metas formado por trinta e um objetivos econômicos a serem alcançados durante seu mandato, no qual a meta-síntese consistia na mudança da capital federal para o planalto central. As opiniões ficaram divididas, a ousadia de se construir uma cidade inteira do zero, com data marcada de inauguração para o dia 21 de abril de 1960, não convenceu parte da população. Muitas pessoas não acreditaram que a cidade ficaria pronta, tampouco gostaram da ideia da transferência de toda a administração pública do litoral para o cerrado selvagem. Juscelino tinha contra ele também importantes meios de comunicação da época, como a Tribuna da Imprensa, liderada pelo opositor da UDN, Carlos Lacerda,

³ Verbete: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>>. Acesso em: 14 fev 2019.

o qual tinha imenso interesse em boicotar a construção da nova capital.

Brasília foi a materialização de um projeto nacional, projeto esse que custou muito caro e gerou consequências inflacionárias posteriores que atingiram a economia brasileira fortemente. A fotografia abaixo (figura 2) retrata a questão da dicotomia em relação a esse projeto, no qual muitos se colocaram contra, ao passo que para muitos a nova capital significou uma nova oportunidade. No sentido posto, de onde veio toda a fortuna que circundou a grande obra da sonhada capital federal? JK, a partir do tripé do Plano de Metas, articulou-se fortemente com o capital estrangeiro, setor privado nacional e com o Estado, proporcionando assim condições financeiras para o andamento da construção. Nessa perspectiva, Moreira (1998, p. 197) fez uma análise sobre os interesses oligarcas relacionados à idealização da nova capital no interior do Brasil:

Foram justamente os ruralistas que discutiram o processo de desenvolvimento brasileiro a partir da perspectiva exclusiva da elite proprietária do campo e da cidade. O projeto social defendido pelo setor, e que esteve subjacente ao debate sobre a construção da cidade, vislumbrava um caminho de desenvolvimento ‘pacífico’ e integrado entre capital industrial e agromercantil. Do ponto de vista ruralista, a nova capital permitiria a expansão dos dois setores, não interferiria na propriedade fundiária e asseguraria à elite governante, compostasobretudo por representante rurais, a ‘paz’ necessária ao exercício dopoder.

Figura 3- Início da Via W3 Sul, Brasília-DF (Foto tirada entre 1956 e 1959)



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

2.3 Fluxos migratórios

No contexto nacional, o Nordeste passava por um momento difícil, a seca assombrava a população sertaneja e os conflitos por terras cresciam. O polígono da seca estava em um período de estiagem extrema, o que fez com que a migração da população do semiárido brasileiro se intensificasse rumo ao litoral e a outros polos econômicos do país na esperança de sobrevivência. Estes eram os retirantes, denominação referente às pessoas que se retiram de suas terras para outras em decorrência da seca buscando melhores condições de vida. Sobre o Polígono das Secas, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF, 2010) caracterizou da seguinte forma:

O Polígono das Secas é um território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens. [...] Compreende os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e extremo norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O Polígono das Secas compreende uma divisão regional efetuada em termos político-administrativos dentro da zona semi-árida, apresentando diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semi-deserto a áreas com balanço hídrico positivo [...] Caracteriza-se basicamente pelo regime de chuvas, definido pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações pluviométricas num curto período de cerca de três meses, durante o qual ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros, de pequena duração; tem a Caatinga como vegetação predominante e apresenta temperaturas elevadas.

Para além da falta de água, alimento e acesso à terra, a população camponesa estava submissa aos grandes fazendeiros, sujeitos às condições precárias de trabalho e à exploração, criando assim um terreno fértil para migração, em um contexto no qual o coronelismo e os latifundiários dominavam as terras dos sertões. As Ligas Camponesas estavam ressurgindo e a resistência e organização dos camponeses clamava por uma consciência nacional em favor da Reforma Agrária. Enquanto isso, mais de 1 milhão de nordestinos já haviam deixado suas cidades migrando rumo a prosperidade econômica que outras regiões do país prometiam.

Uma grande parte desses retirantes seguiu rumo ao eixo Sul-Sudeste, para vender sua força de trabalho para fábricas, trabalhando como operários, ou nas plantações de cana-de-açúcar, como cortadores. Contudo, as condições de trabalho eram precárias e os movimentos sindicais e trabalhistas estavam então ganhando força. Sem embargo, nem toda mão de obra desses trabalhadores foi absorvida de forma equilibrada, causando uma malha populacional excedente nas grandes cidades e dando início a uma crise habitacional, tal como outras problemáticas de ordem social. Após o anúncio da

construção da nova capital e a campanha nacional de recrutamento de mão de obra, muitos destes retirantes viram nisso a possibilidade de uma vida melhor e compraram esse “sonho”.

Para a construção da cidade, a Novacap assumiu uma vertiginosa campanha de recrutamento de mão de obra, levando milhares de pessoas a deixarem suas cidades natais em busca de oportunidades de emprego, renda e de futuro promissor no planalto central brasileiro. Movidos pela promessa de futuro melhor e com chances de mudança da qualidade de vida, as populações de migrantes, principalmente nordestinos, somavam-se em 12 mil pessoas antes mesmo do início da construção da cidade que chegavam à Brasília com a ideia de que ali encontrariam ofertas de emprego com salários altos e sem limites para rendimento. (JAQUES; DE ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 479).

Não obstante, Jaques e de Almeida Júnior (2017, p. 479) elucidam ainda sobre a questão do surgimento de um lucrativo mercado de tráfico de trabalhadores, pois ainda que houvesse um recrutamento regulado por órgãos do Estado com o objetivo de mediar o contrato dos operários por parte das construtoras, operadores solitários percorriam de caminhão os estados nordestinos à procura de jovens aptos para o trabalho. Foram chamados de candangos os trabalhadores que migraram das diversas regiões do Brasil, principalmente do nordeste, para participar da construção de Brasília.

Se na primeira fundação do país os mais atingidos foram os nativos, habitantes da “terra nova”, na refundação a partir da construção da capital, além da população indígena do cerrado os mais atingidos foram os próprios construtores da “cidade nova”, operários migrantes, a maioria de sertanejos: os chamados candangos. (JAQUES; DE ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 479).

A questão das condições de vida e trabalho desses trabalhadores-migrantes, tal como a diferenciação social dos outros trabalhadores qualificados e o futuro que lhes foi reservado, mostra-nos a face desigual das relações entre capital-trabalho. Os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer projetaram uma cidade para receber toda a repartição pública vinda do Rio de Janeiro, mas se esqueceram de pensar onde os trabalhadores que ergueram a cidade iriam morar após a sua inauguração. A bem dizer, pensaram que talvez esses trabalhadores voltariam para suas cidades-natais.

Candango: Hoje, chamar alguém de candango é um ato amoroso. Mas não era assim durante as obras de Brasília. Candango era o peão, o sofredor operário da construção civil. Termo de origem africana, era como os nativos chamavam os portugueses. Ninguém sabe ao certo como esse nome chegou a Brasília. Pouco importa. O certo é que naqueles tempos heroicos ser chamado de candango era pejorativo. Criou-se aí a primeira distinção social na cidade-utopia: de um lado, candangos, os trabalhadores braçais, (que colocavam, literalmente, a mão na massa) e, do outro lado, os pioneiros, letrados e doutores, muitos faturando alto com a transferência da Capital. Os candangos surpreenderam o mundo: em três anos e alguns meses construíram Brasília. Após a inauguração, sem lugar no Plano Piloto, restou a esses verdadeiros

heróis anônimos serem deslocados para as então nascentes cidades-satélites, evidenciando claramente a setorização social e a maior importância dada ao funcionamento administrativo da cidade do que à integração dos operários ao projeto na nova capital. Atualmente o nome candango já não carrega o viés negativo. (BEHR, 2014 apud JQUES; DE ALMEIDA JÚNIOR, 2017 p. 480).

Refletindo no que se tornou a Brasília segregada da atualidade, a separação sócio espacial inserida na cidade é um reflexo da higienização social posta pelo governo. Evidencia-se que os habitantes que residem no Plano Piloto possuem uma renda familiar mensal de aproximadamente 16 salários mínimos, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD, 2016), enquanto que nas regiões administrativas do Distrito Federal os dados mostram até 3 salários mínimos de renda familiar mensal. Demonstrando um abismo social entre a espacialização dos ricos e dos pobres na capital federal.

2.4 O sonho da nova capital e as contradições modernistas

Compreender Brasília como um dos maiores empreendimentos nacionais é de extrema importância para a análise do contexto da sua construção e ademais seu desenvolvimento. As primeiras movimentações para a construção de Brasília iniciaram-se a partir da promulgação da Lei nº 2.874, no dia 19 de setembro de 1956, que decretou a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital Federal. A Novacap, que contava com Israel Pinheiro, como presidente, e Oscar Niemeyer, como diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, tinha como finalidade o “[...] planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura capital, diretamente ou através de órgão de administração federal, estadual e municipal, ou de empresas idôneas com as quais contratar” tal como a “[...] aquisição, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do novo Distrito Federal, ou em qualquer parte do território nacional, pertinentes aos fins previstos nesta lei”⁴.

O arquiteto e urbanista Rômulo Andrade de Oliveira (2008) utilizou a expressão “capitalismo brasileiro” para referir-se quanto à posição tanto geográfica como econômica da região onde seria implantada a nova capital federal. Dado que a forma capitalista do modelo brasileiro é por si só periférica ao sistema capitalista mundial, de forma que no discurso que associa Brasília ao desenvolvimento nacional, há uma busca

⁴ BRASIL, Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956: Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Capítulo II. Revogada pela Lei nº 5.861 de 1972: Autoriza o desmembramento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, mediante alteração de seu objeto e constituição da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, e dá outras providências.

interpretativa de apresentar o processo como a redenção dos territórios do interior (OLIVEIRA, 2008).

É na periferia do “capitalismo brasileiro” da década de 50 que se concretiza um dos maiores empreendimentos nacionais, Brasília, que é implantada no centro geográfico do país como sendo a síntese de uma política públicanacional, a qual visava ampliar os mercados consumidores internos exatamente pela inflexão econômica que procurava marcar. (OLIVEIRA, 2008, p.1).

No final do mês de setembro de 1956 foi publicado no Diário Oficial da União o edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. O concurso que propunha pensar uma nova cidade reuniu 26 projetos, e praticamente todos apresentavam influência da corrente que estava em destaque na arquitetura mundial, o urbanismo modernista. A corrente modernista tinha como principal documento norteador a “Carta de Atenas”, um manifesto urbanístico produzido em 1933, no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) sediado na Grécia. Dentre outras propostas, o manifesto pensava um modelo de cidade funcional, a partir da renovação da estética e da função dos espaços em geral. É importante considerar que o contexto social da época refletia um mundo pós-guerra, com cidades destruídas e um alto déficit habitacional.

Com forte influência do urbanismo modernista, em março de 1957 o arquiteto e urbanista brasileiro Lucio Costa teve seu projeto aprovado no concurso para o Plano Piloto, marcando para sempre o urbanismo contemporâneo. O projeto de Lucio seguia o princípio de setorização urbana por atividades determinadas, tal como a concepção de cidade-parque, harmonizando a relação entre o homem e a natureza, ao seu lado trabalhou Oscar Niemeyer, que ficou responsável pelos projetos monumentais da cidade.

Brasília foi inicialmente planejada para 500 mil habitantes, contudo o Distrito Federal, que abrange além do Plano Piloto também as cidades satélites, totalizando 19 regiões administrativas, possui atualmente uma população estimada de 2,9 milhões de habitantes (IBGE, 2019). Acarretando as mais diversas consequências do processo de urbanização desigual. Antes mesmo da inauguração de Brasília, já existiam diversas formas de ocupações e assentamentos irregulares pela cidade, isso porque as pessoas migravam atraídas ao planalto central pela esperança do progresso que a nova capital traria. Sem embargo, a cidade planejada para o funcionalismo público eo alto escalão do Estado não tinha mais espaço para os candangos.

A solução que tentou dar para este paradoxo foi a de contratar mão-de-obra para erigir Brasília, mas usar seus poderes administrativos e policiais para remover a força de trabalho da capital construída. Negando aos operários da

construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural. A dificuldade desta solução é que destruiu o projeto utópico. Os planejadores do governo usaram, de modo necessário e até mesmo inconsciente, os únicos meios à disposição para assegurar seu objetivo: os mecanismos de estratificação social e de repressão que constituem a própria sociedade que tentavam ver excluída. (HOLSTON, 2010 [1993], p. 200).

Resultado disso foi a expulsão de toda essa população excedente do Plano Piloto para as cidades satélites, a partir da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), criada em 1970. Tal estratificação evidenciou que a designação de qual Brasília poderia-se viver dependeu da sua origem e do cargo exercido na capital, consequência ainda de uma migração desordenada, da então situação econômica do país e do aumento desordenado da população urbana.

Mesmo com as áreas residenciais de Brasília pouco ocupadas, a criação das cidades satélites atestou uma contradição na ideologia de seu plano urbanístico, que se dizia igualitário. Isso porque, desde o início da construção, se estabeleceu um processo de segregação espacial, na medida em que os funcionários públicos tinham direito a uma cidade bem equipada e aos demais, restava a periferia semi urbanizada. (BORGES, 2014, p. 25)

A ilha da fantasia não durou muito tempo, Brasília tornou-se igual a todas as outras cidades do mundo, com todas as problemáticas comuns relacionadas à estrutura e população. O que diferencia Brasília dos outros centros urbanos é a questão da estratificação exacerbada, uma vez que em outras urbes a segmentação não se dá de forma tão territorializada, de forma que em um mesmo bairro ou região vivem-se pessoas com rendas distintas, ricos e pobres, enquanto que a organização urbanística de Brasília reforça uma clara compartimentalização em segmentos sociais.

Ao final da década de 60, o governo do Distrito Federal verificou que inúmeras favelas (as 'grandes invasões') e acampamentos de construtoras (denominadas 'localidades provisórias'), com cerca de 82 mil habitantes, ocupavam territórios estratégicos, nas proximidades do Plano-Piloto. Segundo foi reportado pela imprensa, o então presidente da República (general Médici) teria manifestado ao governador geral (coronel Prates da Silveira) seu desagrado por ter em sua trajetória para o Palácio do Planalto e, deste, para o sítio do Riacho Fundo, numerosas e 'incomodativas invasões'. Para atender à observação presidencial e tentando coibir a proliferação das favelas (sempre atribuída às fortes migrações) o governo do Distrito Federal instituiu a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que, entre os anos de 1971 e 1972, cadastrou todos os barracos existentes nas vilas periféricas ao Núcleo Bandeirante, transferindo posteriormente sua população para a nova localidade de Ceilândia. (PAVIANI, 1991, p. 128-129).

A construção de Brasília marcou o início do movimento "modernista" no Brasil,

assim como a ideia do nacional-desenvolvimentismo. Tais concepções otimistas previam novos tempos de epopeia para o país. Contudo, as contradições inseridas nesse modernismo marcaram a história brasileira, posto que:

A ilusão retrospectiva fica evidente quando Brasília é citada por todos para justificar as esperanças que precederam o golpe. Visa com alguma distância, longe de representar ‘uma otimista atividade antecipatória’ do sentido coletivista da produção’, Brasília reproduziu as contradições da modernização brasileira em escala inaudita. Sem entrarmos no significado do projeto, basta lembrar que a capital foi erguida em quatro anos num dos canteiros mais selvagens da história. Alojados em condições subumanas, trabalhando mais de doze horas por dia, obrigados a fazer viradas e horas extras incessantes, centenas de ‘candangos’ morreram, quando não caídos dos andaimes, assassinados a mando da construtora. Ao fim, não tiveram direito a um espaço na cidade e fizeram suas casas precárias nos acampamentos satélites. Brasília talvez tenha realmente sido a síntese da arquitetura brasileira, mas longe de mostrar na “beleza” de seus palácios as esperanças de uma “alvorada”, ela parece encarnar a própria promessa monstruosa da modernização brasileira. (ARANTES, p. 48, 2002).

No contexto latino americano, a construção de uma cidade mostra-se como um meio para chegar ao desenvolvimento, sendo assim o “futuro” promissor superaria os “atrasos” econômicos e sociais de um país historicamente colonizado que precisava inserir-se em uma nova rede de economia mundial (JAQUES; DE ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 473). Nessa perspectiva, a construção de Brasília mostrou-se como uma solução para o combate ao “subdesenvolvimentismo” no qual o Brasil estava inserido. A partir do rompimento completo com o passado, possibilitando assim a recriação do destino do país, Moser (2016, p. 22) ainda acrescenta: “[...] o atraso aparentemente incorrigível do país, sua dolorosa carência de desenvolvimento econômico, sua vergonhosa irrelevância geopolítica: tudo seria varrido por uma metrópole estonteante erguida nos altiplanos de Goiás.”

O processo de modernização de uma nação traz consigo a quebra de antigos paradigmas, tal como a reinvenção de relações de trabalho. No entanto, as condições de trabalho na construção eram extremamente precárias e exploratórias, beirando a um trabalho análogo a escravidão, no qual muitos dos que foram nunca mais voltaram, indo de encontro a morte. O documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1990) dirigido por Vladimir Carvalho, narrou as experiências dos operários nos canteiros de obra da construção, evidenciando as condições precárias e subumanas a que os trabalhadores estavam submetidos.

Quebrando o compasso do colonialismo português esse é o nosso ritmo: 36 horas por dia de construção da nação – “doze durante o dia doze durante a noite e doze por entusiasmo”. Ele expressa justamente a nova consciência espaço-temporal da modernidade de Brasília, que apresenta a possibilidade de acelerar

o tempo e de impelir o país para um futuro radiante. (HOLSTON, 2004, p.164).

Assim, o sonho modernista foi construído a partir do trabalho e do sangue de muitos trabalhadores, os quais nem sequer tiveram o direito de habitar a cidade. As contradições ali presentes circundam a dinâmica da capital federal até os dias atuais. Nessa perspectiva, insere-se o seguinte questionamento: como se deu o processo de proletarianização da mulher na construção da nova capital na ascensão do modernismo brasileiro? O sistema capitalista de produção engole a todos, mas os preceitos morais judaico-cristãos que regem nossa sociedade fazem com que esse processo seja desenvolvido de forma desigual a depender o sexo.

3. Onde estão as Mulheres na construção de Brasília?

3.1 O que era ser Mulher na época da construção de Brasília

O início do século XX é marcado pelo desenvolvimento dos direitos formais das mulheres no contexto de grande parte dos países ocidentais, através das reivindicações relacionadas ao acesso à educação, ao voto e ao trabalho. Durante as grandes guerras, em consequência da falta de mão-de-obra masculina, foi feito um recrutamento feminino para o trabalho nas fábricas e fora das casas, o que se contrapôs aos momentos de paz, quando queriam as mulheres de volta ao lar e ao trabalho doméstico. O papel do homem como provedor e da mulher como cuidadora do lar reafirmou-se cada vez mais como o modelo da família moderna. Porém, no dizer de Siliprandi (2009, p.55):

[...] as mulheres já tinham se incorporado definitivamente no mercado de trabalho assalariado, ainda que em desigualdade de condições: com salários mais baixos, segregadas em profissões “femininas”, sem acesso a carreiras profissionais, tendo que compatibilizar o trabalho fora de casa com as tarefas domésticas.

Nesse contexto, a mulher passa por um processo de proletarização, contudo, ainda sujeita às condicionantes do mundo patriarcal, onde a autonomia feminina estava longe de ser uma realidade. No sentido posto, a autora complementa:

No decorrer do século XX foi ficando claro que o mundo público não levava em conta as necessidades das mulheres, e que o mundo doméstico continuava sendo o lócus da ausência dos direitos. A igualdade formalmente conquistada ainda era uma ilusão, pois o privado continuava intocado; e sem esse questionamento, permanecia distante qualquer tentativa de conquista da autonomia feminina. (SILIPRANDI, 2009, p. 55)

Simone de Beauvoir (1949) foi uma importante pensadora que contribuiu demasiadamente para as questões relacionadas à mulher e à feminilidade, afirmando: “não se nasce Mulher, torna-se Mulher”. A obra dessa autora faz uma profunda análise sobre o papel da Mulher na sociedade, desmistificando e reconstruindo conceitos de feminino e feminilidade. Mulheres ao redor do mundo identificaram-se com tantos trechos que remetiam a vivências pessoais. Simone, em seu anseio existencialista, afirma que a simples existência não nos torna mulheres ou homens, mas sim os condicionamentos e as construções sociais acerca dos papéis exercidos, a depender do sexo.

O que é ser mulher? O que diferencia um homem de uma mulher na nossa sociedade? Refiro-me não somente à constituição anatômico-biológica dos animais

macho e fêmea, através da qual o macho produz espermatozoide e a fêmea, óvulos. Digo, quais são as condicionantes sociais que nos torna, como bem disse Beauvoir, mulher?

Mulher. Fêmea do animal humano. Esta noção, nas sociedades ocidentais judaico-cristãs, foi sendo cercada de saberes (jurídicos, filosóficos, religiosos, médicos, pedagógicos) que passaram a indicar um determinado papel social, o que, para além do sexo, compõe uma categoria social básica: **o gênero**. Do ponto de vista meramente biológico, esta definição pode ser suficiente. Contudo, os animais humanos possuem complexidades e variáveis que vão além da biologia. A cultura e a época são tão ou mais importantes que as determinações biológicas. (SILVA, 1995, p.11)

Nessa perspectiva, Silva (1995, p.15) discorre para além das questões meramente biológicas e evidencia a perspectiva da construção de paradigmas relacionados à feminilidade e à masculinidade presentes na nossa formação social, a partir da memória e da tradição, nas quais se fixam imagens e sentidos em torno de papéis e funções determinados pelo sexo. Nesse contexto, a naturalização ocorre a partir dos discursos histórico-filosófico-jurídico-religioso, atuando como formulador da realidade.

Emma Siliprandi (2009) desenvolveu sua tese de doutorado a partir do tema “Mulheres e Agroecologia”, na qual ela interpreta o papel da mulher como um novo sujeito político dentro da agricultura familiar. No desenvolvimento do trabalho, em especial no primeiro capítulo, Emma discorre acerca da perspectiva da mulher como sujeito político, fazendo um análise do feminismo como teoria crítica e movimento social, tal como todo o desenvolvimento deste desde a pré-modernidade até a atualidade. Ela faz uma análise sobre o sistema *sexo-gênero*, o patriarcado, o qual, a depender do período histórico, apresenta-se de diferentes formas. Dentre as definições de patriarcado resgatados pela autora, escolhi evidenciar as colocações feitas por duas teóricas do feminismo radical, Kate Millet (1969) e Christine Delphy (1970).

Segundo Kate Millet (1969), o patriarcado pode ser entendido como um sistema político que estabelece relações de poder entre os sexos. Sobre o entendimento do patriarcado como um sistema político, inserido em relações de poder, Silipriandi (2009, p.60) faz uma reflexão, a partir da compreensão de Millet (1969):

O patriarcado é mostrado, então, como um sistema político universal de domínio do masculino sobre o feminino, baseado na força e no consenso (obtido através da socialização de gênero). Os componentes principais desse sistema seriam: o status (condições de acesso ao poder), o temperamento (obtido por meio da socialização de gênero), e o papel social (expresso na divisão sexual do trabalho). Da mesma forma como o racismo, o patriarcado definiria as características do oprimido – que se adequaria a essas condições e usaria diferentes subterfúgios para amenizar suas condições de vida (interiorização de valores patriarcais, diminuição da auto-estima dos

dominados, “demonização” do próprio feminismo, etc.).

Já sob a perspectiva de Delphy (1970), Siliprandi (2009, p.60) discorre sobre o entendimento do patriarcado a partir do entendimento:

Relação de exploração entre diferentes classes; todas as mulheres, independentes de serem burguesas ou proletárias, seriam membros de uma mesma classe oprimida, a das mulheres. Existiria, portanto, um “modo de produção industrial”, próprio da exploração capitalista; e um “modo de produção doméstico”, que ocorreria dentro dos lares, e que seria próprio do patriarcado

A partir do entendimento do patriarcado como um sistema político e de opressão contra as mulheres, através do domínio do masculino sobre o feminino, evidencia-se como esse papel de subalternidade reservado às mulheres resulta como regulador da sociedade. No sentido posto, a relação entre o patriarcado e a forma enaltecida do masculino de contar-se a história da construção de Brasília evidencia-nos essa questão.

Joelma Rodrigues da Silva (1995) desenvolveu sua dissertação de mestrado, com a temática “Mulher: ‘Pedra Preciosa’; prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961)”, com o objetivo de discorrer sobre a prostituição feminina e as relações de gênero durante a construção e no ano posterior à inauguração da cidade. Sendo o primeiro trabalho a abordar essa temática, Joelma ressalta a questão do silenciamento dos arquivos do esquecimento em relação a essas mulheres. Mulheres essas que dentro da sociedade já são duplamente marginalizadas: primeiro por serem mulheres e depois por serem prostitutas.

O “motor” que gerou este trabalho foi então, inicialmente, a busca do que foi o papel das mulheres na construção de Brasília. Sim, afinal, se havia mulheres porque não se falava a respeito delas? E se havia prostitutas, porque ao menos como “delinquentes” elas não haviam sido incluídas nas “memórias” e “diários” já publicados sobre o período? Qual o significado da prostituição no espaço/tempo delimitado por nós? Afinal, o que produz a figura da prostituta? (SILVA, 1995, p.7)

Dentro da pesquisa da autora, ela comenta sobre o “ser mulher” e o “ser homem”, buscando evidenciar as violências dentro das relações de gênero, tal como a questão da posição subalterna que a mulher foi colocada em relação ao homem dentro das sociedades judaico-cristãs. Sendo assim, através do construto social das representações, de que forma nasceu a prostituição? Nessa perspectiva, os discursos médicos e religiosos objetivaram limitar as ações das mulheres na sociedade, a partir do controle sobre seus

corpos, seus desejos e sua liberdade, culpando-as pela luxúria e pelas doenças sexualmente transmissíveis.

Adentrando na concepção da prostituição durante a construção de Brasília, a autora trabalha a partir da memória daqueles que participaram, analisando as falas masculinas, além de alguns depoimentos de outras mulheres [que não exerciam o trabalho de prostituta], de forma a questionar o silêncio imposto às prostitutas. Isto posto, busca-se compreender a ação do Estado em relação à prostituição e a partir de que forma ele a coibiu ou incentivou. Com isso, evidenciou-se que o Estado foi responsável pela instalação de prostíbulos na futura capital federal, “objetivando garantir uma válvula de escape para as pulsões emocionais e libidinais dos homens que trabalhavam na construção; garantindo esta satisfação, garantiria o ritmo acelerado que as obras exigiam” (SILVA, 2009, p.7)

A partir do resgate de ocorrências policiais da época, a autora afirma que “foi possível verificar o tratamento dispensado às mulheres nas delegacias, às violências as quais estavam sujeitas, ou seja, o dia-a-dia feminino frente à ação dos homens enquanto maridos, pais, filhos, amantes, cafetões, policiais” (SILVA, 1995, p.9). Assim sendo, Brasília já nasceu sexista e segregada, conforme destaca a mesma autora:

Espaço da prostituição, Cidade Livre. Espaço da violência, implícita neste tipo de relacionamento, explícita em agressão e bravatas. Na geografia do desejo, espaço de descontrole e desordem face ao universo do trabalho, da produtividade. Neste confronto, a prostituição é uma violência social que faz da mulher objeto e instrumento de lazer/prazer, prática onde se concretizam as representações sobre os gêneros, teatro no qual se re-estabelecem as relações sociais. (SILVA, 1995, p.9)

Quando se fala sobre a denominação “candango”, logo se pensa nos homens migrantes-trabalhadores-operários. No sentido posto, compreendo a importância da figura desses homens na construção, tal como a inegável contribuição que todos deram para idealização da sonhada nova capital, a quem foi reservado o ermo ao invés da cidade planejada para a burguesia. Entre tantas contradições, estes trabalhadores sempre são representados como os únicos heróis da epopeia brasileira que deu origem à sede do governo federal.

O candango é entendido como trabalhador, migrante, modesto, malvestido, sujo. Uma contaminação e/ou apropriação etimológica do angolês *candanje*, designação desprezível dada aos portugueses (BUENO, 1998). Entretanto é inequívoca a participação na construção da cidade, símbolo do pioneirismo de grandeza dos seus idealizadores, que ao contrário não os transformou em

cidadãos no seu lido sentido de sujeitos detentores de direitos. (JUNIOR, 2008, p.11)

A questão da representação dos candangos na historiografia oficial, mostrando apenas a figura masculina do trabalhador, sem inserir as mulheres trabalhadoras-migrantes, é um fato que põe em evidência o patriarcado. É fundamental ensinar a voz e a presença da mulher creditando à mesma o lugar que ocupou e ocupa na geografia da cidade. Ainda que essa figura masculina representada pelo candango não seja tratada com justiça, ela permite situar o sujeito masculino na construção da capital federal.

Tânia Fontenele é uma pesquisadora que junto com Tânia Quaresma dirigiu e produziu o documentário intitulado “Poeira e Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília” (2011). O longa-metragem consiste em entrevistas feitas com cinquenta mulheres que estiveram presentes durante a construção da nova capital, dando visibilidade a suas experiências e percepções desse momento histórico. Um trabalho pioneiro na perspectiva de trazer à tona a voz dessas mulheres, o qual muito me inspirou no desenvolvimento da pesquisa. Sobre a participação das mulheres na historiografia da construção, a pesquisadora contribui:

Curiosamente, no que tange a efetiva participação das mulheres na história da construção de Brasília, escassamente localizam-se publicações ou referências a sua atuação nesse período. Em geral, somente os homens são lembrados ou referidos na nossa recente história oficial. Eventualmente as poucas mulheres lembradas são D. Sarah e D. Júlia (esposa e mãe do presidente JK) ou alguma esposa de outro político importante. (FONTENELE, 2017, p. 3)

A sociedade patriarcal ainda coloca as mulheres na sombra dos homens, dando-lhes reconhecimento apenas por serem filhas, esposas ou irmãs de uma figura masculina a quem, a ele sim, é dada importância e credibilidade ao nome. Indago no sentido de pensar as mulheres inseridas na história e na construção da cidade como protagonistas, uma vez que, como Fontenele (2017, p.3) afirma, “a história de Brasília é marcada por referências enaltecedoras ao papel dos protagonistas históricos do sexo masculino”. É de comum saber que elas existiram, (re)existem e fizeram-se presentes nesse momento, mesmo que em menor escala em um determinado período, o que não justifica de forma alguma o silêncio nos arquivos.

Sendo assim, porque não se fala das candangas? Das mulheres trabalhadoras que acordavam na penumbra da madrugada para lavar roupa e cozinhar o desjejum e o almoço dos operários? Seria o trabalho delas visto de forma inferior ao trabalho dos homens? A fotografia a seguir (figura 3) retrata uma mulher em uma cozinha

improvisada no canteiro de obras da Esplanada dos Ministérios fazendo comida para os operários. A mulher estava lá, exercendo uma atividade comumente reservada a elas no domínio privado, o preparo do alimento. Contudo, nesse momento ela está na construção da nova capital federal.

Figura 4- Canteiro de obras da Esplanada dos Ministérios (1959)



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

A dicotomia entre o domínio público e o privado, na qual o público pertencia aos homens e o privado, às mulheres, a partir da concepção do homem como provedor e da mulher como cuidadora, atribuições sociais estas que sustentaram por muito tempo a atividade doméstica exercida pela mulher como um gesto de amor e cuidado à família, inseriu as mulheres em relações de subalternidade e opressão entre sexos.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003 p.1)

A divisão desigual sexual do trabalho na sociedade patriarcal, a qual reservou às

mulheres apenas o espaço privado e as censurou de estar no domínio público por muito tempo, fez com que o trabalho exercido por elas fosse visto de maneira inferior ao trabalho masculino. Mesmo após a inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda é esperado que ela faça a dupla jornada, pois agora ela pode estar no público, mas o privado é posto como dever. Nessa perspectiva, a conciliação de tarefas é colocada como um apêndice do trabalho assalariado feminino, ainda que o seu trabalho na sociedade seja desigual (salário, etc.), tal como seu acesso à política. Dessa forma, Hirata e Kergoat (2007, p.597) contribuem na perspectiva da existência de uma negligência nas discussões sobre as relações sociais de sexo:

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé**) se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido.

3.2 A pesquisa documental

Quando escolhi trabalhar a temática das mulheres na construção de Brasília, vi-me em uma linha tênue. Primeiramente, a insuficiência de informações bibliográficas, entre pesquisas e trabalhos acadêmicos já publicados, que tivessem abordado o tema abriu a necessidade e a possibilidade de trabalhar a partir da pesquisa documental.

Neste sentido, foi feita uma pesquisa documental, a qual foi também um tanto quanto escassa, contudo enriquecedora na perspectiva de evidenciar e encontrar ao menos alguns arquivos que estivessem dando voz e mostrando a experiência dessas mulheres. A partir da história prioritariamente masculinizada dos construtores de Brasília, demonstra-se a ausência da representatividade feminina nesse contexto. Fontenele (2017, p.3) complementa:

Lembrar-se de uma personagem feminina inscrita nos anais da historiografia oficial de Brasília não é tarefa fácil. A dificuldade não decorre de possível amnésia coletiva, mas, sim, em virtude de a história da cidade ter sido escrita sob a ótica masculina, que estranhamente omite a participação feminina (parteiras, cozinheiras, lavadeiras, engenheiras, professoras, prostitutas, donas-de-casa, dentre outras) na concretude da capital brasileira. Assim, coube, exclusivamente, aos homens o protagonismo e a glória do feito histórico.

A pesquisa documental foi realizada em Brasília, onde fui ao Arquivo Público do Distrito Federal procurar as mais diversas fontes documentais, estudos, relatórios, fotografias, etc., relacionados às mulheres no período da construção. Dentre tantos documentos arquivados no ArPDF, foi difícil achar documentos que realmente dessem voz às mulheres e que contassem a história a partir da perspectiva do sexo feminino. Sem embargo, encontrei uma pasta do “Programa de História Oral”, o qual faz parte de um projeto de pesquisa do Arquivo Público do DF intitulado “Memórias da Construção”. O projeto de pesquisa visa recordar e registrar histórias de figuras que participaram da construção. Ao encontrar a pasta e brevemente analisar as entrevistas, colhi as entrevistas feitas com mulheres e, a partir disso, decidi que trabalharia minha pesquisa baseada nesse material.

Através da concepção de “memória feminina”, trabalhada por Perrot (1989), revela-se a importância de utilizar e resgatar a história, assim como as vivências, das mulheres que estiveram esquecidas na historiografia. Destarte, a narrativa histórica constitui-se a partir da concretização da memória do passado, uma das poucas expressões tangíveis do tempo corrido, como Brown (1985, p.43-44) acrescenta:

Qual é a relação entre o passado, a memória e o texto histórico? Quando se fala em historiografia, é preciso dar conta de duas temporalidades, ou seja, o tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados e o tempo da redação da narrativa. A memória desempenha o papel de intermediária entre essas duas temporalidades, pois ela compreende inicialmente uma imagem mental do passado; é um fenômeno intelectual volátil, mas em seguida é aprisionada nas palavras. Em outros termos, a narrativa histórica, sobretudo a narrativa histórica escrita, constitui a concretização e mesmo a imobilização da memória do passado. A memória assim congelada acaba por se tornar uma das poucas expressões tangíveis do tempo corrido; concretiza-se, porém, em diferentes formas de representação. Na medida em que o escritor determina essas formas, ele exerce um poder maior ou menor sobre o passado.

Contribuindo com o desenvolvimento desse capítulo, analisou-se três depoimentos coletados no “Programa de História Oral”, parte do projeto de pesquisa “Memórias da Construção” do Arquivo Público do Distrito Federal, na medida em que se fez um resgate das vivências dessas mulheres na participação da construção, suas experiências sociais e visões acerca desse momento histórico, compreendendo a importância da memória e da história oral como uma rica fonte de dados a ser utilizada.

Cabe ressaltar que inicialmente o propósito metodológico era de realizar entrevistas semiestruturadas com candangas de origem nordestina que tivessem passado por experiências profissionais diversas na construção de Brasília. Contudo, as

dificuldades em localizar mulheres com esse perfil no curto espaço de tempo que se tem para produzir um trabalho de conclusão de curso fizeram-me rever a proposta da pesquisa. De fato, continuei pautando a oralidade e a História do Tempo presente, porém, partindo de documentos já existentes do Arquivo Público do Distrito Federal, o qual mostrou ser também uma rica fonte de dados.

3.3 A fotografia como recurso de memória

A fotografia é a eternização de um momento, uma captura que marca a realidade de uma situação específica. Sendo assim, qual é o papel da fotografia na instrumentalização da memória coletiva? Le Goff (1990, p.419) reflete sobre o tema na seguinte perspectiva:

A memória é o fenômeno individual e psicológico, onde a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência de escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/ presente), produz diversos tipos de documentos/momentos; que escreve a história e acumula objetos.

Dessa forma, a escolha do uso da fotografia como um instrumento de documentação para pesquisa põe em evidência a presença das mulheres na construção da cidade. A fotografia e suas representações acerca do cotidiano do canteiro de obras elucidam a importância da memória e da captura no trato do tema. Logo, as fotografias permitiram localizar essas mulheres em diversas paisagens, exercendo múltiplas funções, atribuições essas que não costumam estar presentes na historiografia oficial.

[...] o ato objetivo/de recordar os processos vividos que cada um de nós organiza e reinvoca no passado, do ponto de observação do presente, possui a capacidade de estruturar a experiência num patrimônio utilizável para si e comunicável aos outros. Porém entendemos não ser essa a única dimensão da memória, aquela pode ser entendida como estrutura de interiorização e exteriorização de fatos, circunstâncias e vividos organizados, especial e temporalmente, para transmitir ao externo a representação pessoal e/ou coletiva da própria história ou da de outrem. (TEDESCO, 2004, p. 38)

Assim sendo, as fotografias escolhidas para ilustrar e fundamentar o tema em questão permitem trabalhar a memória em suas múltiplas dimensões, visto que a recordação é um processo vívido, o qual vislumbra experiências que são repassadas para outras gerações a partir da memória, da oralidade e das lembranças. Com isso, elucidam-se a relevância da recordação desses processos vividos por meio da fotografia, uma vez que essas imagens permitem-nos situar a presença das mulheres na construção de Brasília.

Nesse sentido, Monego e Guarnieri (2012, p.74) discorrem a partir da concepção de fotografia, memória e lembrança:

A fotografia funciona nas nossas mentes como uma espécie de passado preservado, onde a cena é congelada. Lembranças de um momento carregado de conteúdos simbólicos significativos. Toda a fotografia está relacionada ao passado, mesmo as que tiramos semana passada, pois esse momento vivido não voltará, ficará apenas registrado na memória ou em forma impressa para a posteridade.

Nessa perspectiva, ao escolhermos trabalhar com a fotografia não estamos fugindo das metodologias comumente utilizadas na pesquisa geográfica. Deste modo, o que se difere aqui é a forma de abordagem, a qual privilegia a interdisciplinaridade do uso da fotografia. Nesse sentido, a imagem não se coloca como uma mera ilustração do texto, mas ela em si forma um outro tipo de texto não verbal que permite ao leitor e à leitora perceber novas nuances e acrescentar novas visões ao tema, uma vez que pouco se veem fotografias sobre a nova capital federal com o cotidiano das mulheres inserido.

3.4 Mulheres e protagonismo: cenas cotidianas da construção da nova capital

As fotografias a seguir foram retiradas do Arquivo Público do Distrito Federal. Elas retratam as mulheres na construção de Brasília, em momentos cotidianos, onde dessa forma, pretende-se evidenciar e utilizar esses registros como uma fonte documental afim de inseri-las na historiografia da capital federal. Localizá-las é um importante passo para tira-las de um segundo plano. Mulheres na rua, mulheres a frente no comércio, mulheres funcionárias da NOVACAP, mulheres telefonistas, mulheres professoras, mulheres caminhoneiras, a cidade era e é tanto delas quanto dos homens.

Figura 5- Mulheres ciganas em frente ao Hotel Souza, Cidade Livre.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Figura 6- Mulheres no acampamento das(os) pioneiras(os) na Cidade Livre, 1959.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Figura 7- Primeiro sistema de telefonia montado na NOVACAP, 1958.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Figura 8- Telefonista, 1958.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Figura 9- Central telefônica 408 sul, 1960.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

3.5 Critério de escolha das entrevistas

A escolha das sujeitas cujas entrevistas analisarei ocorreu a partir da proposta de fazer uma abordagem que reflita na diversidade das mulheres que estiveram presentes no momento da construção. Sendo assim, dentro da categorização de renda, do tipo de trabalho desenvolvido, tal como a origem familiar, foram escolhidos os depoimentos referentes a três mulheres trabalhadoras-migrantes, os quais julguei como válidos para uma análise representativa.

A questão de escolher depoimentos de mulheres de categorias sociais diferentes abrange a perspectiva de vivermos em uma sociedade de classes. Deste modo, é intrínseco que uma pessoa que ocupa um cargo ou exerce um trabalho, definido como qualificado ou não qualificado, tem uma vivência completamente diferente, de acordo com sua posição na sociedade de classes.

Questiono também a questão da origem geográfica dessas mulheres. Evidencia-se que as trabalhadoras advindas do Nordeste exerciam trabalhos não-qualificados enquanto as do sudeste eram trabalhadoras qualificadas. Portanto, podemos compreender o contexto social relacionado à localização geográfica das trabalhadoras a partir das

condições e oportunidades que lhes foram reservadas.

Ademais, podemos também refletir quanto à posição da mulher na sociedade, entendendo as limitações de ser mulher na década de 1950 e a representação do feminino a partir de ideais pré-estabelecidos acerca da divisão sexual do trabalho e da questão da dicotomia da esfera pública e privada.

Segue abaixo uma tabela relacionando os nomes das mulheres que o ArPDF entrevistou por meio do Programa de História Oral, bem como as ocupações exercidas por elas em Brasília e seus locais de nascimento. Os nomes realçados em *itálico* dizem respeito às entrevistas cujo conteúdo analisarei.

Quadro 1- relação entre ocupação e origem das mulheres entrevistadas pelo ArPDF.

NOME	OCUPAÇÃO	ORIGEM
<i>Alba Alves Tabanez</i>	Funcionária NOVACAP	São João Del Rei (MG)
Anna Maria de Niemeyer Soares	Funcionária NOVACAP/ decoradora de interiores	Rio de Janeiro (RJ)
Eleonora Morandi	M.M. Quadros	Juiz de Fora (MG)
<i>Jandyra Macedo</i>	Costureira/ dona de casa	Patos (MG)
Joana Dantas	Empregada doméstica / cozinheira	Jequié (BA)
Maria de Lourdes Junqueira	Comerciante/ desenhista	Urutaí (GO)
Maria Elisa Costa	Arquiteta	Rio de Janeiro (RJ)
Maria Victoria Moreira	Secretária do Israel Pinheiro	Santa Barbara (MG)
Marilda Moraes Porto	Decoradora/ dona de casa	Rio Verde (GO)
Philomena Leporoni	Parteira	Ribeirão Preto (SP)
<i>Suzana Conceição Mendonça</i>	Lavadeira/operária/cozinheira	Santa Cruz de Inharé (RN)

3.6 Análise das entrevistas: as falas das mulheres em foco

3.6.1 Alba Alves Tabanez

A entrevista com Alba foi realizada no dia 13 de setembro de 2006 pelas entrevistadoras do Arquivo Público do Distrito Federal Maria Auxiliadora Santana, Viviane Irene Fonseca Dornas e Cleverton de Jesus Silva. Alba nasceu na cidade de São João del Rei, Minas Gerais, no ano de 1930. Mãe de três filhas, chegou a Brasília pelo avião das Forças Aéreas Brasileiras (FAB) no mês de janeiro de 1959. Antes de chegarna futura capital, Alba era funcionária da Siderúrgica Nacional de Belo Horizonte e morava

na cidade de Volta Redonda. Sua formação acadêmica é ensino superior incompleto, posto que relatou que, ao chegar em Brasília, não pôde mais continuar os estudos. Dona Alba discorre sobre sua motivação de ir participar da construção:

“Eu tinha muita **vontade de ser independente**, e Volta Redonda perto do Rio... então a gente **ouvia muito falar em Brasília**. Aquela **vontade de ir pra frente**, então resolvi tirar férias na Siderúrgica que eu estava trabalhando há três anos, já tinha cargo de chefia inclusive, tirei férias e vim conhecer Brasília, não deu outra não é?”

Alba deixou a antiga vida em Volta Redonda e instalou-se na futura capital federal. Participou de um teste na NOVACAP e então recebeu uma proposta de cargo. À época, a demanda por trabalhadores especializados era alta para a pouca oferta, pois a população (certa parcela privilegiada, funcionários públicos, etc.) não tinha muito interesse em desbravar o Planalto Central. Consequentemente, assinou o contrato como prestadora de serviços da NOVACAP em março de 1959, quando foi trabalhar na Divisão Pessoal chefiada então por Ney Dutra.

Ela discorre sobre como a demanda de trabalho era alta, contudo, relata que “fizeram uma proposta boa, eu achei melhor do que aonde eu estava, e eu queria vencer, eu queria progredir, aí larguei tudo e vim embora”. Trabalhou na seção de horista, na qual ficou responsável pela parte de benefícios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC). Também trabalhava com as questões burocráticas relacionadas a demissões e admissões de operários, sobre a qual comentou que estava muito desorganizada quando assumiu o cargo, uma vez que eram muitos empregados e os dados estavam desatualizados.

Muitas mulheres viram em Brasília uma oportunidade de emancipação, uma vez que o que estava acontecendo nesse contexto histórico era totalmente inédito: tal mobilização social, combinada com fluxo de pessoas e capital, desencadeou um momento de quebra de paradigma nacional. Sobre a questão da condição de vida à época, relacionada à moradia e ao lazer, Dona Alba comenta:

“Lazer não existia. A única coisa que a gente fazia aqui era trabalhar, e **trabalhava até a noite toda, uma hora, duas horas da madrugada** a gente descia aquela VELHACAP e **aqueles homens todos trabalhando vinte e quatro horas**, que era vinte e quatro horas mesmo, e tinha lazer. Agora **as condições de moradia, poxa, eram precárias, péssimas.** Eu por exemplo cheguei a dormir numa casa em frente o Paranoá, o tal restaurante, num colchão atrás de um guarda roupa, porque não tinha lugar no alojamento. Então eu me submeti a isso para permanecer.”

As palavras chaves destacadas em negrito permitem inferir que Alba deixou claro que havia muito trabalho e pouco lazer. Não havia legislação que delimitasse as jornadas de trabalho, a qual hoje requer um pagamento específico maior do que o valor da hora de trabalho normal para o cumprimento de hora-extra; isso não existia no canteiro de obras. No quesito das moradias, também não havia conforto e segurança nenhuma. Essas precariedades levam ao questionamento: qual seria a motivação para essas(es) trabalhadoras(es) permanecerem nesse sistema de trabalho?

Apesar das dificuldades, Alba diz ter achado a mudança para futura capital ótima, por ser uma pessoa de fácil adaptação. Somente informou à sua família, que vivia em Belo Horizonte, sobre a decisão da mudança quando já estava instalada e com o contrato assinado. A notícia foi um choque, conta: diziam que tinha ficado “louca” e “maluca”. Por fim, trouxe toda a família para viver em Brasília, pai, mãe e irmãos, e, inclusive, casou-se na capital. Relembra que, quando chegou, gostava de andar muito arrumada, contudo, como a poeira era muita e a infraestrutura precária, teve que trocar o salto alto pelo tênis. Comentou sobre a questão da alimentação, relacionando a dificuldade de conseguir uma dieta variada à falta de acesso à comida.

Acostumada a viver em um quarto individual com cama e banheiro em Volta Redonda, Alba chegou a Brasília e foi morar no alojamento dos funcionários da NOVACAP. Nesse sentido, comenta sobre a divisão que existia nele: a ala das solteiras, a feminina e a masculina. Pessoas de diversas localidades, principalmente do estado de Goiás e Rio de Janeiro, viviam nesses alojamentos. Os alojamentos eram divididos pelos cargos exercidos, por exemplo, existiam os alojamentos das construtoras que abrigavam os operários, o alojamento da NOVACAP, o alojamento dos engenheiros, etc.

No alojamento da NOVACAP, Alba relatou que a maioria dos residentes eram provenientes do Goiás e Rio de Janeiro, pois era um alojamento de pessoas que exerciam cargos de certa forma renomados, ao passo que, ao analisar os trabalhadores

que viviam nos acampamentos das construtoras, os operários, eram em sua maioria nordestinos. Isso demonstra a dicotomia existente entre os funcionários do sudeste, qualificados, e os operários do nordeste, sem qualificação. Tal diferenciação mostra como a divisão do trabalho estava relacionada com a naturalidade dos trabalhadores, revelando a desigualdade regional que existia (e ainda existe) no Brasil em relação à especialização do trabalho.

A figura de Juscelino Kubitschek é lembrada com muita comoção e carinho por parte da população brasileira, dada a idealização de um presidente que teve a audácia de construir uma cidade, marcando um sonho antigo na história do Brasil. As contradições do jogo da política, no qual muitos se colocaram contra o então presidente, faz com que a imagem de JK seja lembrada como a de um herói. Alba expressa o significado da construção de Brasília e sua visão em relação a Juscelino na fala:

“Achei que **foi um impulso muito grande no país**, foi o que achei. Foi assim... progresso que trouxe pro país... a gente... o **Juscelino foi um homem muito forte**, e de uma audácia muito grande pra construir isso aqui, porque a gente que estava aqui, sabe o que ele passou com relação a política não é? E realmente, **ele pra mim... não tem outro. Ele foi único**. E realmente Brasília, ninguém esperava, porque ninguém contava que Brasília ficava, agora eu acreditava. **Eu estava aqui e eu acreditava que Brasília seria uma grande...**”

A relação que a memória mantém com o imaginário e o sentimento é muito forte. Ao ler os depoimentos, vê-se a análise pessoal de cada uma sobre a temporalidade e o contexto nos quais estavam inseridas. Percebe-se também que diversos fatores mudam a percepção que cada uma teve desse momento, principalmente os relacionados à categoria de renda e status social na qual estavam inseridas. Alba relata no trecho abaixo:

“Realmente eu acho que a maior alegria, maior honra que uma pessoa pode sentir é falar sobre o que acontecia, aquela vida é completamente diferente de tudo que você já viveu.”

Para algumas, o pioneirismo deve ser lido como oportunidade de ganhar dinheiro, e é encarado como um momento de liberdade e emancipação em um contexto em que as mulheres mal podiam exercer determinadas funções e frequentar certos espaços. Aquilo foi uma abertura e quebra de paradigma para história da mulher no Brasil. Muita gente fez a vida na nova capital federal, criando filhos e entrando no funcionalismo público,

que, naquela época, proporcionava a promoção de cargo dentro do serviço público de maneira muito simples, o que difere dos dias atuais.

Dessa forma, Alba relata em suas experiências o que foi vivenciar a construção da nova capital federal enquanto funcionária da NOVACAP, evidenciando as precariedades de estar inserida na construção de uma nova cidade em relação ao acesso a alimentação e moradia precárias, bem como a diferenciação em relação ao trabalho exercido. No entanto, o prazer de se colocar nesse momento histórico suplanta as dificuldades vividas, no contexto de começar uma vida nova, com independência.

(Alba)- [...] Se eu pudesse, e tivesse outra cidade pra iniciar com todo prazer eu iria... porque eu... aquele não é nem o espírito aventureiro, é aquela alegria de viver, de ver o início nascer, que é ou não é estar nascendo.

(Maria Auxiliadora) - Como se fosse uma plantinha.

3.6.2 Jandyra Macedo Lourenço

A entrevista com Jandyra foi realizada no dia 5 de julho de 2006, participando como entrevistadoras: Silvia Regina Viola de Castro (SR), Viviane Irene Fonseca Dornas e Cleverton de Jesus Silva. Nascida no ano de 1915 na cidade de Patos, localizada no sul de Minas Gerais, Jandyra é mãe de seis filhos, seis netos e dez bisnetos. Estudou até a quarta série primária e, após se casar em Uberaba, no ano de 1935, dedicou-se ao lar, onde costurava e cuidava da casa. Sobre as suas percepções como dona de casa, Jandyra comenta:

(Jandyra Macedo) - É aquela vidinha, sabe como é que é...

(Silvia Regina) - De dona de casa.

(Jandyra Macedo) - É

A esfera privada reservou às mulheres, por obrigação, o papel de cuidadora do lar, impossibilitando-as de ultrapassar esse limite. Por vezes, pelo fato do marido e da família não apoiarem qualquer decisão que estivesse fora do mundo privado, muitas mulheres deixaram de fazer o que realmente lhes agradava. Jandyra sempre gostou de escrever contos, mas relata sobre a questão de nunca ter tido apoio nesse sonho:

“É, história, sempre eu gostei de escrever, mas nunca tive apoio, **não me tornei uma escritora, francamente, porque não tive apoio**, porque meu marido não ligava (...)”

Como tantas outras mulheres que nunca puderam fazer o que realmente gostavam por questões sociais patriarcais, Jandyrá fala sobre a falta de apoio para seguir seu sonho de ser escritora. Dedicou-se à vida do lar, cuidando dos filhos e do marido e, após chegar a Brasília, trabalhou como costureira. Escreveu diversas coisas, entre elas, algumas ganharam uma visibilidade para além do domínio privado, como conta sobre um texto que declamou na inauguração de Brasília e na Rádio Nacional. No mais, ajudava e escrevia redação para os filhos na escola. Segue abaixo o texto que Jandyrá escreveu em homenagem à inauguração de Brasília

“Nesse momento em que vosso digno esposo está recebendo as mais efusivas congratulações dos homens mais eminentes do mundo, nesta hora culminante que todos os brasileiros dignos de nossa pátria estão com o pensamento ligado a esta grande realização ciclópica do século que o nosso presidente com todo heroísmo e denodo conseguiu concretizar aos olhos de toda população universal, tomo a liberdade como uma humilde operária que sou congregada por minha família, esposa e filhos, todos operários do IPASE para congratularmos vossa família e excelentíssima senhora, tanto no humilde trabalho como nas grandes camadas sociais e intelectuais, sabendo reconhecer a gratidão e o valor cívico e sentir as mesmas alegrias que a senhora e o senhor presidente estão sentindo neste momento e deslumbrar o que é belo e grandioso. Não possuo cultura intelectual suficiente para expressar o entusiasmo que sinto neste momento, por esse acontecimento histórico e glorioso que é a realização de Brasília, exaltando o sentimento patriótico e admiração profunda que temos pelo nosso glorioso presidente, isso fez com que eu como humilde operária levar essas belas linhas até vossa excelência. São palavras simples mas nascidas do coração conterrâneo que lhe desejam muita alegria neste mundo transitório. Excelentíssima senhora Sarah, talvez estas linhas não chegarão as vossas mãos, se tal acontecer poderá estar certa que desejamos de todo o coração e queremos felicidades no ato inaugural de Brasília e Deus enviará da corte celestial os anjos para cingir o nosso presidente com as mais lindas flores colhidas no vergel do Senhor e depositá-las com carinho em seu coração.”

Chegou a Brasília no mês de janeiro de 1958, de avião, quase um ano após a chegada do marido. O marido de Jandyrá já havia trabalhado em vários ramos. Moraram em Uberlândia, onde tiveram um bar, depois em Ituiutaba, cidade localizada no interior de Minas Gerais, onde instalaram um grande armazém na zona rural. Em 1957, ele foi para Brasília e Jandyrá, que era filha de uma fazendeira, ficou com a mãe e os filhos na fazenda. Quando ele conseguiu um emprego na construção, Jandyrá foi com uma filha e dois cachorros ao encontro do marido na futura capital federal. Sobre o motivo de ter

decidido começar uma vida nova em Brasília, ela comenta:

(SR) - Bom o motivo então foi em busca de um emprego melhor, de condições de vida melhor.
(JM) - É, de sossego.
(SR) - De sossego.

Ao chegar na construção, foram morar no acampamento do IPASE, onde estavam acontecendo as obras de construção dos edifícios residenciais do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, no SQS 206 e 207. O acampamento era dividido entre a área dos engenheiros e a dos operários. Ela discorre sobre a diferenciação social entre ser uma candanga e um funcionário público, engenheiro, arquiteto, etc. Quando é perguntada sobre o lazer na época, Dona Jandyra relata:

(JM) - Tinha, tinha na cantina passava filme **mas, não era pra nós.**
(FILHA) - Era.
(JM) - Não senhora, **nós não tínhamos condição de entrar, ali não, ali era separado, ali nós éramos candango, não entrava ali.**
(SR) - Era só pros engenheiros, pros chefões?
(JM) - Só pros engenheiros, agora de vez em quando faz, tinha um filme, tinha filme na, de vez em quando no acampamento dos peões.
(SR) - Sim.
(JM) - Aí eles passavam alguns filmes lá, a gente ia assistir.
(SR) - Só isso também?
(JM) - É só, só pra passeio, não tinha nada, tinha nada, nada, não.
(SR) - Só terra, cerradão.
(JM) - Terra, poeira, só, poeira era tanto que lá em casa o acampamento era uma rua assim, o povo passava aqui para cá o acampamento era pra cá, todos os peões, aquilo passava e (faz um barulho com a boca para mostrar como era), mas se sabe que, oi a gente e a danada da (incomp).

Dessa forma, o trecho da entrevista acima salienta como a diferenciação de categoria social e a segregação eram postas na construção da nova capital, na medida em que haviam espaços que os candangos eram privados de ter acesso.

Ao chegar a Brasília, Jandyra continua a exercer funções do lar e utiliza seus saber de costura para fazer uma renda própria: relata que costurava para as senhoras dos engenheiros. Assim sendo, viveu o processo de proletarização, uma vez que, enquanto vivia em Minas, nunca fez renda com seu trabalho, e, ao chegar a Brasília, começou a costurar para outras pessoas, fora apenas do domínio privado. Nesse contexto, Jandyra

narra:

(JM) - É, eu costurava pra fora, pras senhoras dos engenheiros, eu era costureira delas, tinha às vezes de costurar assim, botar um lençol e luva de mão e ir cobrindo e tampando pra não empoeirar.

Quantas Jandyras existiram e existem no Brasil e no mundo? Jandyrá é uma mulher e escritora que nunca pôde desenvolver seu sonho por fruto de uma sociedade patriarcal que a silenciou e a privou de estar em certas posições pelo simples fato do seu sexo biológico. Além de não seguir seu sonho, acredita que sua arte não tem valor, desdenhando do seu potencial. Dessa forma, vejo de extrema importância dar voz a essas mulheres, trazer à tona suas histórias. Isto posto, é essencial mostrá-las que seus trabalhos e talentos possuem sim relevância para a sociedade, rompendo com essa concepção patriarcal que apenas vangloria e valoriza o trabalho masculino.

(SR) - A senhora não quer declamar uma poesia pra gente?
(JM) - Oh, eu sei mais poesia dos outros que minha.
(FILHA) - Não a sua que se fez com 90 anos.
(JM) - A minha?
(FILHA) - É, ué.
(JM) - A dos outros sei que é uma beleza as minhas eu não decoro.
(SR) - Não decora?
(JM) - Não porque eu não ia gostar do que escrevo e largo pra lá.
(SR) - Mas precisa começar a dar mais valor as suas coisas.

3.6.3 Suzana Conceição Mendonça

A entrevista com Suzana ocorreu no dia 27 do mês de novembro de 1990, em sua residência na Vila Planalto, em Brasília-DF, realizada pelas entrevistadoras Marli Guedes da Costa e Ana Claudia Gracindo. Dona Suzana nasceu no dia 10 de agosto de 1929 na cidade de Santa Cruz do Inharé, localizada no semiárido do Rio Grande do Norte. Aos 5 anos de idade, mudou-se com a família para Fortaleza-CE, onde relata que viveu momentos de extrema pobreza.

“[...] meus pais **eram muito pobre, tinham muito filho**, e eu passei para uma outra família... comecei ficando na casa dos outro trabalhando. **Eu era muito trabalhadeira**, todo mundo me queria. E eu fiquei sempre ... pela casa dos outros, por lá eu fiquei e por lá eu fiquei adulta. Essas pessoa de quem eu falo, depois que... **findaram me tomando de minha mãe**, vieram embora ... era gente assim mais ou menos, gente ... da alta, é... tinha... feito (incomp.) eram pilotos de aviões, me lembro na época, da Força Aérea, que aquelas pessoas me carregaram, me tiraram de lá, e vieram para Rio, para São Paulo, ficaram... era pessoas que viajavam, eu não sei sobre que, que eu era muito criança, não sei sobre que eles viajavam tanto, mas sempre ... me conduziam com eles, não me deixavam por nada.”

Suzana chegou à futura capital federal no dia 3 de outubro de 1958, na penumbra das 6 horas da manhã. Após passar por momentos conturbados, e de percorrer diversos lugares, chegou à Brasília pode-se dizer que por um acaso. Em decorrência de um episódio de violência doméstica, em que o ex-marido chegou em casa embriagado e atacou-a a pauladas, Suzana usou da legítima defesa para salvar sua vida. Após o ocorrido, o delegado deu a ela o prazo de 24 horas para deixar Itumbiara-GO, cidade onde residia. E, assim, Suzana e a filha foram com um desses carros que faziam o transporte de operários rumo a Brasília.

Chegando na futura capital, Suzana foi trabalhar na pensão de um senhor na Cidade Livre, onde tomava conta da casa, das crianças e fazia a faxina. Mais tarde, elase casou novamente com um alagoano, Virgílio Sabino da Silva, com quem teve mais um filho. Durante a gravidez, Virgílio fez uma viagem para o Rio de Janeiro para buscar alguns carros a mando da empresa em que trabalhava, contudo, durante a viagem, ele foi atropelado e veio a falecer. Suzana seguiu com a gravidez. Nesse momento, estava vivendo em um barraco na Vila Amaury; sobre esta vila, Jaques e De Almeida Júnior (2017, p.490-491) discorrem:

A Vila Amaury abrigou muitos dos operários que trabalhavam na construção da nova capital, principalmente aqueles que construíram o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, bem perto dali. Como já foi dito, as empresas de construção contrataram migrantes de várias regiões do país, principalmente sertanejos nordestinos, mas só fornecia alojamento para os solteiros. Várias vilas, como eram chamadas as favelas, foram autoconstruídas pelas famílias que migraram juntas para construir a capital.

Suzana narra sobre um episódio que aconteceu em frente ao seu barraco na Vila, no qual um homem esfaqueou e matou um policial militar. Após esse episódio, deu-se

início à remoção da Vila, que tinha como finalidade a desocupação da área para que tomasse lugar o lago artificial formado a partir do represamento do rio Paranoá. A remoção aconteceu de forma progressiva, mas um dos primeiros barracos a serem arrancados foi o de Suzana, nas vésperas de ela dar à luz o filho, como relata no trecho abaixo:

“Mas vieram, **arrancaram aqueles barracão todos que tinham, inclusive o meu** e eu passando mal para ganhar o menino, mas não respeitaram essa, essa história não, arrancaram mesmo meu barraco e levaram para o Gama... **E eu fiquei chorando, fui passando mal para ganhar esse menino.** Tinha um vizinho ao lado, do outro lado da rua, falou: ‘Isso é um... desrespeito, essa senhora não pode ficar na rua, na chuva, sem um barraco, com essa... para ganhar esse nenê. Toma dona Suzana, essa chave, vai para aquela casa lá que é minha. Vai lá dentro, vai ganhar esse nenê e vamos ver quem vai arrancar esse barracão’.”

Por fim, pariu na casa cuja chave o vizinho deu-lhe, sozinha, mas relata que ocorreu tudo bem, na medida do possível. Suzana instalou-se e ainda viveu por mais algum tempo nessa casa localizada na Vila. Sobre a Vila Amaury, os autores Jaques e De Almeida Júnior (2017, p.491) evidenciam a diferença existente em relação aos outros acampamentos da construção da capital, enfatizando a questão da presença feminina:

A Vila Amaury foi a única ocupação recenseada antes da inauguração, no ano de 1959, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, e suas características podem nos ajudar a entrever as demais vilas, hoje já inexistentes. Apesar dos relatos indicarem um contingente populacional de até 15 mil pessoas, o censo da época contabilizou cerca de 6.200 habitantes, quase 10% de toda a população residente no Distrito Federal. Diferentemente dos acampamentos de construtores, notamos a existência de núcleos familiares na vila com uma presença significativa de mulheres, frequentemente esquecidas, silenciadas e apagadas do histórico de construção da capital.

Quando as entrevistadoras perguntaram sobre a escolaridade da Dona Suzana, ela respondeu:

“A minha escolaridade é uma coisa maravilhosa. **Eu nunca tive direito de entrar na aula** nem para ver os outros estudar. Eu tinha uma, uma vontade de saber como é os outros estudava, mas o...tem... até hoje eu tenho vontade de saber, a, é... o prova, segundo grau, é... tem que fazer prova, tem que estudar, o livro de... ciências é... falado assim, eu acho tão importante: "Ah, o fulano tem que fazer Pedagogia." Eu tenho uma sobrinha que fez Pedagogia. Ah! Mas que coisa mais bonita chamar pedagogia. Será o que é isso, minha filha? Eu não sei o que é pedagogia. Eu nunca fui estudar... eu nunca vi os outros sentar numa cadeira para estudar, porque quem me pegou... quem me tomou da minha mãe para me criar, nunca me deixava estudar, porque elas tinha muitos filhose eu tinha era que cuidar daqueles filhos menor... Por isso eu não aprendi nada, não aprendi a ler. Agora, eu tenho irmã formada, na minha família as minhas irmãs, inclusive as mais velhas são formadas.”

Esse trecho revela a realidade de muitas(os) brasileiras(os). À época, as diferenças regionais eram ainda mais exacerbadas e, dessa forma, Suzana, mulher, nascida no interior do Rio Grande do Norte, entregue a outra família para trabalhar ainda criança, teve negados muitos de seus direitos. Direito de estar em uma sala de aula, de estudar e aprender a ler. Suzana entrou no mundo do trabalho quando era uma criança, e apenas parou quando pôde se aposentar pelo INPS, recebendo dois salários mínimos. Isso nos abre para reflexão sobre as condições tanto de trabalho como da trabalhadora no mercado informal.

“[...] coitada de mim, eu sou aposentada com dois salário mínimo, porque o... aqui nesse lote eu plantei milho de pipoca, e consegui vender milho de pipoca e consegui pagar o INPS, aí me aposentei com dois INPS por causa que eu trabalhei, vendi milho. Eu nunca tive carteira assinada, como eu te falo. Eu vendia era marmita, eu lavava era roupa para... pessoas, eu nunca fui fichada. Então eu sou aposentada por isso.”

Suzana trabalhou muito quando criança, antes de chegar a Brasília, e até o dia em que se aposentou na capital, o que merece muito respeito e reconhecimento. Trabalhou em diversos ramos, cozinhou na cantina da construtora, vendeu marmita por conta própria nos canteiros de obra, lavou roupa de operário e vendeu o milho que plantou na sua terra. A questão de me adentrar no trabalho feminino não é através de uma perspectiva comparativa ao trabalho masculino, mas questionando o fato de o trabalho feminino continuar sendo invisibilizado na historiografia, em específico na historiografia oficial da capital federal. Da mesma maneira, quando coloco a dicotomia entre trabalho masculino x feminino, não acredito que exista um trabalho específico para homens e outro específico para mulheres, mas que existe uma diferenciação do trabalho pela forma com que lhe é

dada visibilidade, ou seja, o trabalho exercido pelos homens tem reconhecimento, o exercido por mulheres, não. É necessário compreender ainda as condicionantes às quais as mulheres estão submetidas na sociedade, em especial à questão da maternidade.

“Da construtora, os Irmãos Machado. E cozinhei para esse povo, minha filha, era uma enorme cozinheira. Era uma banda de vaca no almoço, uma banda de vaca na janta. O açougueiro... o carro passava, pendurava aquelas bandona lá, pendurava parte traseira e a parte dianteira lá naquele ferro e ia embora. Eu tinha que despencar aquela carne, tirar coxão duro, coxão mole, "pa, pa, pa"... separar tudo, tirar carne de bife, carne de osso, despencava até embaixo, era para almoço aquela banda de baixo... Saco e meio de arroz para almoço, saco e meio para janta. [...] Daqueles saco de 60 quilos. Um saco de feijão, meio saco para o almoço, meio saco para janta. Não catava, nem lavava, para encontrar pedra não. Jogava no tacho passava a mão assim, tirava e jogava noutro (incomp.), cada pedra que nós achava que era uma coisa, ... não dava para catar, não. E o tal, os tacho era menor, com meio saco de feijão botava em três panelas para não queimar - feijão é danado para queimar. E três, três, três vezes 30 quilos de arroz, era 20 em 20 quilos cada panela... para não queimar e... um fardo de macarrão... quando era um fardo, quando era de manhã era macarrão, de tarde era batatinha. Eu jogava batatinha cozinhas logo cedo, ia cascando debaixo da torneira para andar mais depressa, achava melhor lavar as batatinhas fora, do que descascar com a faca... E essa minha filha pequena dentro de uma caixa de Cinzano debaixo do forno, socada numa caixinha de conhaque. E ela chorava, ia lá dava mamã, um suco, dava um banho, jogava água na cara dela e dava o bico para chupar.”

Suzana partilha muitas histórias passadas na construção da capital, convivências bastante ricas, das quais os detalhes levam-nos para esse momento histórico. Ouvir a história de uma cidade contada a partir do gênero e uma categoria social que nunca escutada é extremamente relevante.

“Ah, filha, eu acho essa Brasília muito importante em minha vida, e não só na minha vida como em todas aquelas outras vidas que vieram escapar aqui, sem querer. Porque nós somos, nós chegamos aqui numa situação muito ruim logo. Tudo jovem. É... como eu, eu estou com 61 anos e eu tenho 34 anos que eu moro aqui... Eu achei isso muito importante para minha vida, de ter conhecido essa cidade linda e... e suave como ela é. Uma cidade menina, que eu vi nascer Brasília, como eu estou te falando. Eu vi o trator arar tudo isso fazer esses prédios lindos, mas primeiro eu vi isso no barro, vi fazer assim, começar, tijolinho, tijolinho, até construir todinha. Eu acho essa cidade muito... Eu nunca vi fazer uma cidade como eu vi fazer essa. Como tem, todas as cidades feitas, foi começada por tijolo. Como ela foi começada por tijolo e essa eu participei. Por isso que eu acho ela mais linda do que as outras.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar e pesquisar sobre a história das mulheres em uma sociedade patriarcal é um ato político. A construção da nova capital federal no planalto central no final da década de 1950 foi um marco para história contemporânea brasileira, no que diz respeito ao fluxo de pessoas e capital. A historiografia oficial de Brasília pouco fala sobre as mulheres trabalhadoras-migrantes que estiveram presentes nesse momento. Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender as relações de gênero e trabalho ali existentes, tal como ensinar a voz e a história dessas mulheres. No sentido posto, Fontenele (2017) faz a seguinte reflexão:

Reconhecer a participação das mulheres no processo da construção de Brasília é relevante para evidenciar o quanto a história oficial da nova capital do Brasil precisa ser revisada, gerando uma reorganização de suas representações. Cabendo conferir visibilidade pública da presença das mulheres nessa história, preservando a memória da cidade e contribuindo para a retirada do feminino do apagamento de suas atuações na memória social. Assim sendo, dar-se um passo importante para que o silenciamento historiográfico praticado em relação às mulheres da construção de Brasília seja algo do passado. (FONTENELE, 2017, p.11)

Assim sendo, a pesquisa objetivou dar visibilidade às histórias das mulheres que participaram do momento histórico da Construção de Brasília. Através da utilização do método da história oral e o uso da fotografia, foi possível localizar a presença delas na construção, presença essa obscurecida nos estudos gerais relacionados à capital federal. Tal como, rever esse momento a partir da perspectiva da história das mulheres. Através da pesquisa documental, localizou-se no Arquivo Público do Distrito Federal depoimentos referentes ao “Programa de História Oral”, parte do projeto de pesquisa “Memórias da Construção”, onde foram feitas entrevistas com mulheres, ensejando o protagonismo feminino. Com isso, procurou-se visibilizar as vivências dessas mulheres, na perspectiva de trazer à tona esses depoimentos, no qual pouco são trabalhados como fonte de dados. Tal como evidencia a historiadora Joan Scott (1992, p.69):

A narrativa necessita de alguma reflexão crítica, não apenas por não ser tão simples, mas também porque representa mal a história das mulheres e seu relacionamento, tanto com a política, quanto com a disciplina da história. A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na

sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado.

O censo experimental de Brasília realizado pela Comissão Censitária Nacional no ano de 1959 evidencia a predominância masculina na capital –42.332 homens e 21.982 mulheres. O reflexo disso seriam as condições do mercado de trabalho local, favorável ao sexo masculino. Sem embargo, a história de aproximadamente 22.000 mulheres não deveria ser invisibilizada pela de 42.332 homens.

Figura 10- Acampamento das(os) pioneiras(os), Cidade Livre, 1959.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Na perspectiva geográfica, vejo como uma pauta de extrema importância compreender as relações de gênero como um eixo fundamental de diferenciação social. Diferenciação essa que é objeto de estudo das categorias de análise da geografia, uma vez que a ciência geográfica se propõe em compreender as relações entre o ser humano e a natureza, ondedentro dessas relações, estão postas as relações sociais.

Sendo assim, faz-se necessário a produção de estudos com essa abordagem na ciência geográfica. Tal como a desmistificação de que o estudo de gênero é uma abordagem reservada somente às mulheres. Em realidade, as mulheres se colocam no papel de denunciar esse sistema de opressão, e a sociedade machista mais uma vez desqualifica essa abordagem, desdenhado na validade e relevância dessa perspectiva,

como colocado por Silva (2009, p.93):

Discutir gênero e sexualidade no âmbito da geografia ainda gera certos desconfortos e polêmicas. Apesar de essas temáticas estarem presentes na ciência geográfica há mais de trinta anos, é comum pessoas nos interrogarem sobre a validade das abordagens desse teor para o desenvolvimento teórico e metodológico da ciência.

Ainda que o movimento de mulheres no Brasil estivesse se constituindo à época, pode-se afirmar que a construção de Brasília teve um marco na vida de diversas mulheres do país nesse período. Muitas nem sequer tinham ouvido ou quiçá ouviam falar sobre feminismo algum dia de suas vidas, mas ouviram falar da construção da nova capital federal, e, de alguma forma, e, por algum motivo, estiveram presentes nesse momento histórico. Digo, nem todas as mulheres ali presentes tinham a consciência do ato político que é ser mulher e se colocar em espaços exclusivamente masculinos. Não obstante, estiveram e construíram o sonho da nova capital junto com outras e outros trabalhadoras e trabalhadores, desenvolvendo as mais diversas atividades. Tal como, pode-se afirmar que a percepção de cada uma acerca de todo esse processo é completamente diferente a depender da categoria social e do tipo de trabalho desenvolvido.

No sentido posto, ao analisar as três entrevistas escolhidas foi possível evidenciar a vivência particular dessas mulheres no período da construção. Vivências essas que em suas particularidades nos fazem ter uma outra visão do que foi de fato a construção de Brasília. Isso porque na maior parte da historiografia oficial esse período é retratado a partir de uma visão masculina, do operário ou das grandes figuras de renome (homens). Sendo assim, compreender a história a partir de uma outra perspectiva é enriquecedor. Alba, Jandyra e Suzana, três mulheres vindas de realidades completamente diferentes, contudo com um fato em comum, foram pioneiras na construção da nova capital federal. Alba, que queria sua independência, Jandyra, dona de casa que aos poucos passou pelo processo de proletarização a partir de seus saberes, Suzana, nordestina, que dentre tantas dificuldades viu em Brasília um nova chance.

De forma geral, fiquei satisfeita com o desenvolvimento da pesquisa. Foi muito enriquecedor na perspectiva de poder localizar e trabalhar a partir da história das mulheres candangas. Assim como me adentrar na literatura feminista, bebendo da fonte de pesquisadoras que se dedicaram a denunciar e contrapor a ciência machista e patriarcal.

Penso que para uma futura pesquisa, posso adentrar mais nos depoimentos, a partir da metodologia da análise de discurso e de conteúdo, possibilitando discorrer sobre todos os depoimentos referentes às mulheres do Programa de História Oral.

Em relação ao Arquivo Público do Distrito federal, resalto sua importância enquanto um lugar de consolidação da memória coletiva da cidade de Brasília. Através de um intenso trabalho de organização de documentação e pesquisa, o ArPDF contribui com a questão da construção de uma identidade coletiva, a partir das memórias da cidade, dos trabalhadores-migrantes, construtores e construtoras da capital federal. Dessa forma, acredito na relevância de nós como pesquisadores utilizarmos esses documentos como fontes de dados documentais para discorrer através das mais diversas abordagens sobre a história de Brasília.

Assim sendo, a elaboração da pesquisa viabilizou evidenciar que as mulheres efetivamente participaram da construção de Brasília. De modo que a motivação da participação delas deu-se tanto por questões de ordem pessoal quanto circunstancial. Dessa forma, trabalharam e colocaram-se no papel de candangas e pioneiras da nova capital federal, construindo junto aos homens uma cidade no meio do cerrado brasileiro. Mulheres guerreiras, que entre tantas dificuldades e condicionantes, merecem ter suas histórias vivas.

Figura 11- Professoras na Escola Julia Kubitschek, primeira escola pública do Distrito Federal.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas a mutirões. Ed. 34, São Paulo, 2002.

Arquivo Público do Distrito Federal. **Memória da Construção**. 2018. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/memoria-da-construcao/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

Arquivo Público do Distrito Federal. **Programa de História Oral**. 2018. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/programa-de-historia-oral/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Editora Nova Fronteira, 2014.

BEHR, N. Cangango In: **Brasília-Z cidade-palavra**. Brasília: Ed. do autor, 2014.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Revista Brasileira de História vol.24 nº.47, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100009>>. Acesso em: 14 abril 2019

BORGES, Pâmela Rafaela Alencar. **A geografia escolar na compreensão da cidade**: a Vila Telebrasil. 2014. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2874-19-setembro-1956-373749-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019

BROWN, C.J. Memoire et histoire: la deformation de la realité chez les rhétoriciens à la fin du Moyen Age. In: ZUMTHOR, P. e ROY, B. **Jeux de mémoire**. Montreal, Presses de l'Université de Montreal, 1985.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Narrativas de um candango em Brasília**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 163-180. 2004.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) Disponível em: <<http://www2.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios- Plano Piloto (PDAD). Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Plano-Piloto.pdf>> Acesso em: 16 jan 2019

COSTA, Fernando Sanchez. La cultura histórica: una aproximación diferente de la memoria colectiva. In: Pasado y Memoria. **Revista de Historia Contemporánea**, v. 8, 2009, p. 267-286.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957.

FONTENELE, Tânia. **Memórias Femininas da construção de Brasília**. Brasília: Athalaia, 2013.

_____. **Mulheres Na Construção De Brasília: Invisibilidade Feminina Na História Da Nova Capital Do Brasil**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAWITZ, Madeleine. **Méthodes des sciences sociales**, Paris, Dalloz, 1976.

Guia do Arquivo público do Distrito Federal. 5. ed. Ver.E aum. Brasília: ArPDF, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Tradução: Fátima Murad.

HOLSTON, J. **Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. (1993), 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

_____. “O espírito de Brasília: modernidade como experimento e risco” In: NOBRE, A.L.; KAMITA, J.M.; LEONÍDIO, O.; CONDURU, R.; **Lucio Costa**, um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein; DE ALMEIDA JÚNIOR, Dil/ton Lopes. **A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento**. XII Encontro de História da Arte-UNICAMP. Campinas. p. 469-496, 2017.

JÚNIOR, Reginaldo de Lima Reis. **Cidade, Trabalho e Memória: Os Trabalhadores da Construção de Brasília (1956-1960)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_ReisRL_1.pdf> Acesso em: 18 mar. 2019.

“Juscelino Kubitschek” (Verbete). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 1^a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek>. Acessado em 09 jan. 2019.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **Brasília, a Utopia do Centro**. 2004. 191 p. Dissertação

(Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MCDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Tradução de Pepa Linares. Vol. 60. Universitat de València, 2000.

MONEGO, Sonia; GUARNIERI, Vanderleia. A fotografia como recurso de memória. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 25, n. 36, p. 71-87, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: A construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961)**. Vitória: EDUFES, 1998.

MOSER, B. **Autoimperialismo**. Tradução: Eduardo Heck de Sá, 1.ed. São Paulo: Planeta, 2016.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Introdução. In: Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. São Paulo, Hucitec/UNESP, 1998.

OLIVEIRA, Rômulo Andrade. **Brasília e o Paradigma Modernista: Planejamento Urbano do Moderno Atraso**. 2008. 178 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora da UnB, p. 115-142, 1991.

PEREIRA, Maria J. F. C. **O Arquivo Público Enquanto Lugar De Memória**. Em tempos de história, Brasília, n. 10, p. 94-116, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20089/18485>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. In: Revista Brasileira de História, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

SANTOS, Milton. Brasília, a nova capital brasileira. **Revista Caravelle**, CNRS, Toulouse, nº3, pp.369-85, 1964.

SCHURSTER, Karl. A História do Tempo Presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 423-440, Jul. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: **A escrita da História: novas perspectivas**. BURKE, Peter (org). São Paulo: Unesp, p.63-95. 1992.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Joelma Rodrigues. **Mulher: "Pedra Preciosa"**: Prostituição e Relações de Gênero em Brasília. 1995. 251 p. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica (p.93-114). **In: Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Organizadora: SILVA, Joseli Maria. Ponta Grossa, Paraná: Todapalavra editora. 2009.

SWAIN, Tania Navarro. **Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta?** In: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Belo Horizonte: Editora PucMinas, 2005.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 10, p. 91-98, jan. 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.131>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WESELY, Michael. KIM, Lina. **Arquivo Brasília: Lina Kim e Michael Wesely**. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

ENTREVISTAS

TABANEZ, Alba Alves. **Depoimento- Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2006.

LOURENÇO, Jandyra Macedo. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2006.

MENDONÇA, Suzana Conceição. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

FILMOGRAFIA

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos velhos de guerra**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iDcz3Uw21wI&t=1101s>>. Documentário, 154', 1991.

FONTENELE, Tânia Mourão; QUARESMA, Tania. **Poeira e Batom no Planalto Central**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9rxJUc8kbSk&t=1s>>. Acesso em: 4 jan. 2019. Documentário, 58', 2010.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CAPUTO, Denise. **A Saga das Candangas Invisíveis**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DTy3t69E3Pg>>. Documentário, 15', 2008.

VIEIRA, Denise Sales. **Corpo Feminino e Modernidade na construção de Brasília: uma leitura a partir do cinema**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Editora Ática. 239 p., 1986.